

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE  
CASA DA JUVENTUDE PADRE BURNIER  
PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSO EM ADOLESCÊNCIA E  
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

**AS ABORDAGENS DO JORNAL O POPULAR SOBRE A  
VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS DE GOIÂNIA NO  
PERÍODO DE 15 DE ABRIL A 15 DE MAIO DE 2006**

GOIÂNIA

2007

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA  
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE  
CASA DA JUVENTUDE PADRE BURNIER  
PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSO EM ADOLESCÊNCIA E  
JUVENTUDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

**AS ABORDAGENS DO JORNAL O POPULAR SOBRE A  
VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS DE GOIÂNIA NO  
PERÍODO DE 15 DE ABRIL A 15 DE MAIO DE 2006**

GARDENE LEÃO DE CASTRO

Monografia para a conclusão do Curso de Pós-  
Graduação Latu Sensu em Adolescência e Juventude  
no Mundo Contemporâneo.

Orientador: Profº Ms. Willian Bonfim

GOIÂNIA

2007

AS ABORDAGENS DO JORNAL O POPULAR SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL  
CONTRA JOVENS DE GOIÂNIA NO PERÍODO DE 15 DE ABRIL A 15 DE MAIO  
DE 2006

Gardene Leão de Castro

Monografia para a conclusão do Curso de Pós-Graduação *Latu Senso* em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo, submetido à Faculdade Jesuíta de Teologia e Filosofia e à Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, como parte dos requisitos necessários para o grau de Pós-Graduada em Juventude no Mundo Contemporâneo.

Aprovado por:

Dedico este trabalho a minha mãe:  
Kênia Bueno de Castro Ferreira;  
ao meu pai: Rinaldo Leão Ferreira;  
ao meu esposo: José Fernando  
Teixeira Mendes as minhas irmãs:  
Cristiane Leão de Castro e Larissa  
Leão de Castro.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos da Casa da Juventude Pe. Burnier, pela confiança, motivação e apoio em todos os sentidos durante a minha participação no Curso de Pós-Graduação em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo.

À Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude.

Ao meu esposo, José Fernando, pelo amor, carinho e compreensão no decorrer deste curso e em toda nossa história juntos.

A minha mãe, por sua dedicação eterna e por seu amor. Por ser meu exemplo de vida e sempre me incentivar a trilhar o caminho dos estudos, e, especialmente, pela ajuda na revisão deste trabalho.

As minhas irmãs, família e amigos.

Ao meu orientador, Willian Bonfim, pela objetividade, incentivo e coerência durante a orientação.

Aos meus companheiros de trabalho, Berg e Woney, que acompanharam minha jornada durante este curso.

## RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar como foram feitas as abordagens do jornal *O Popular* sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Focamos especificamente em violência policial porque, em Goiânia, nos últimos dois anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens aumentaram consideravelmente. Por meio da teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, buscamos verificar, na formatação das notícias, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Percebemos que o enquadramento feito é o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais.

Palavras chave: comunicação, juventude, agendamento e violência.

## ABSTRACT

This study aims at analyzing the various approaches on police violence against youth present in the newspaper "O Popular" in the period from April 15<sup>th</sup> to May 15<sup>th</sup>, 2006. Police violence was focused especially because, according to the Human Rights Commission from the Legislative Assembly of the State of Goiás, the cases of police violence against youth considerably increased in Goiânia in the last two years. Through the Framing Theory, a means of media analysis, we aim at verifying, through the news formatting, elements that orientate the readers to have certain interpretation of the facts. We realized that the framing was in the presumption of guilt of the youth and in the policemen innocence.

Keywords: communication, youth, agenda-setting theory, violence.

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	09
2 Contextualizando a Juventude Brasileira e Goianiense .....	14
2.1 Conceitos e Imagens sobre Juventude .....	14
2.2 Realidade da Juventude no Brasil.....	19
2.3 Realidade da Juventude Goianiense.....	21
2.4 Juventude e Violência .....	13
2.5 Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial.....	13
3 O Poder da Mídia Contemporânea na Sociedade.....	06
3.1 Mídia e Poder .....	07
3.2 Tempo, Espaço e Mídia .....	12
3.3 Teoria do Agendamento .....	10
3.4 Teoria do Enquadramento.....	12
3.5 Metodologia de Pesquisa .....	13
4 Abordagem do Jornal O Popular sobre os Casos de Violência Policial Contra Jovens .....	07
4.1 Análise das Matérias que Abordam a Violência Policial Contra Jovens.....	07
4.2 “77 PMs Investigados por Mortes”.....	12
4.3 Entrevista com Silvana Bittencourt, Editora de Cidades do O Popular no Ano de 2006 .....	07
4.4 Entrevista com Divino Rodrigues Barco, Membro do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial .....	07



5 Conclusão .....	13
Anexos .....	13

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objetivo de analisar como foram feitas as abordagens do *Jornal O Popular* sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Tal projeto encontra motivação, primeiramente, na importância de se falar sobre juventude, já que esse é um tema que vem sendo discutido amplamente não só na academia, mas na sociedade em geral e nos meios de comunicação. Além disso, sabemos que os meios de comunicação, não raro, tratam a temática da juventude de forma genérica, com alarde, para atrair a atenção de seu público leitor. Como afirma Carmo (2001, p.11): “No Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência.”

Ainda segundo o autor, a mídia, buscando suprir seus leitores com notícias, tenta fazer reportagens instigantes que muitas vezes não abordam a totalidade dos fatos e acabam deturpando-os, cometendo alguns exageros.

A imprensa, muitas vezes no afã de relatar casos interessantes, transforma um crime envolvendo um grupo de rapazes com tênues ligações entre si em uma ação de gangue organizada. Na pressa para obter dados, pode-se transformar um bando de arruaceiros em gangue organizada, o que torna maior o interesse dos leitores. (CARMO, 2001, p. 12)

Outro fator que nos motivou a estudar esse objeto é que as pesquisas sobre a mídia goiana não contemplam a problemática da violência policial em reação à juventude, conforme pesquisado nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Scientific Electronic Library Online (SIELO).

Como está descrito na pesquisa do Projeto Juventude, feita pelo Instituto Cidadania, os brasileiros de 15 a 24 anos somam 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira. (PROJETO JUVENTUDE, 2004, p. 9)

A pesquisa do Projeto Juventude também revelou que 11% dos jovens brasileiros já sofreram diferentes formas de violência física. “Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p.13). Como resultado dessa realidade, a violência aparece como um dos maiores fatores de preocupação entre os jovens brasileiros.

Em Goiânia, a juventude também representa uma grande parcela da população. Segundo os dados do IBGE, divulgados em 1996 e 1997, existem 221.000 jovens na cidade, na faixa etária de 15 a 24 anos, representando 22,1% de sua população total.

Um dos grandes problemas relatados pelos jovens goianienses, segundo a pesquisa Retratos da Juventude Goiana (2001, p.71), é a violência, apontada como um dos maiores incômodos pela maioria dos garotos do sexo masculino de 15 a 16 anos.

“São índices acentuados que indicam preocupação dos jovens, demandando, na opinião dos entrevistados, uma ação firme e objetiva sobre o assunto” (ASSESSORIA ESPECIAL DE JUVENTUDE, 2001, p.73)

Como podemos perceber, a juventude representa uma grande parcela da população brasileira e goianiense que vivencia situações de exclusão e violência. Por isso nosso interesse em verificar de que forma a realidade da violência é

relatada pela mídia à população, em especial pelo jornal *O Popular*, por esse ser um importante veículo formador de opinião em Goiás.

Focamos em nosso trabalho especificamente a violência policial devido ao fato de que, em Goiânia, nos últimos dois anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens vêm aumentando consideravelmente.

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia. (A NOVA DEMOCRACIA, 2007, n° 33)

No ano de 2006, especificamente, foi fundado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens*, formado por famílias de jovens vítimas da violência policial, destinado a divulgar desaparecimentos e execuções cometidas pela polícia e exigir a investigação e punição dos responsáveis, inclusive do estado. O comitê também pretende identificar outras situações em que a população encontra-se sujeita às arbitrariedades policiais — como nos casos de saques aos comerciantes, agressões aos trabalhadores ambulantes e à juventude da periferia. Conforme está relatado na carta de lançamento do comitê:

O Estado de Goiás figura entre os sete estados em que mais ocorrem homicídios cometidos por policiais no Brasil. Exemplo da abordagem truculenta policial foi o que aconteceu com o jovem Lindomar Pedroso de Araújo, de 22 anos na época, que fora detido, sofreu tortura e, após seis meses da prisão, foi morto dentro de casa. Esse caso teve pouca repercussão na mídia. Registra-se que grande parte dos fatos delituosos cometidos por policias ocorrem na periferia de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, sendo que os mesmos não se identificam quando das abordagens. (COMITÊ, 2006, p.02)

Esse grande aumento dos números de casos de violência policial contra jovens nos motivou a verificar como o jornal *O Popular* vem relatando esses casos no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Escolhemos esta data porque o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* foi fundado no dia 28 de abril de 2006 e também porque quisemos verificar como o jornal *O Popular* cobriu esse evento.

Para fazer a análise das notícias publicas pelo jornal *O Popular* nesse período, utilizamos do seguinte critério: verificação se os casos de violência policial divulgados pelo *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* no período de abril e maio do ano de 2006, foram divulgados no jornal *O Popular* nesse mesmo período e analisar, ainda, o enquadramento dado a essas notícias.

Para fazer essa análise, utilizamos, como referencial teórico, a teoria do enquadramento. Conforme afirma Lima (2006, p.17), essa teoria é o instrumento que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido. Para realizar esse enquadramento, aspectos como ideologia, normas e posicionamento político do veículo de comunicação diante de determinados temas são fundamentais.

Ao ressaltar certos aspectos, destacando-os ou excluindo-os, o enquadramento da notícia pode levar a uma percepção de um fato diferente do que ele provocaria se esse enquadramento não acontecesse. Logo, o enquadramento ajuda a determinar como a notícia será apresentada ou até mesmo se um fato será transformado em notícia. Segundo Bonfim:

O método de interpretação baseado nos enquadramentos estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia ou na construção da “estória”. Dispositivos de enquadramento são: metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e imagens. (BONFIM, 2005, p.77)

Assim, neste trabalho, através da teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, buscamos verificar, na formatação das notícias sobre os casos de violência policial contra jovens divulgadas no jornal *O Popular*, elementos que orientam o público em uma determinada interpretação dos fatos. Vale destacar que até mesmo a omissão de fatos ou de detalhes de determinadas notícias são fatores importantes nessa categoria de análise.

## 2 CONTEXTUALIZANDO A JUVENTUDE BRASILEIRA E GOIANIENSE

### 2.1 CONCEITOS E IMAGENS SOBRE JUVENTUDE

A juventude é um tema que tem sido discutido desde que sua história vem sendo registrada. Existem várias tentativas de definir uma faixa etária ou características comuns aos jovens.

Aristóteles, filósofo, já relatava algumas características inerentes aos adolescentes: “inclinados a fazer o que desejam, atraídos pelos prazeres amorosos, impulsivos, deixam-se conduzir pela cólera, revoltados quando se julgam injustiçados, confiantes, ingênuos, cheios de esperança, generosos, se julgam merecedores de grandes coisas, guiados mais pela índole do que pela razão, fazem tudo em excesso, julgam saber tudo, amam o risco etc”.

Mesmo que de forma indireta, as várias instituições como o estado, a igreja, a família, os meios de comunicação, a academia, entre outros, também vêm tratando sobre o tema. Nos últimos anos, no Brasil, esse assunto tem adquirido grande importância em muitos campos de discussão, principalmente no meio acadêmico.

Como afirmam Alpizar e Bernal (2002, p.21), “foi no meio acadêmico que se desenvolveu o conhecimento “científico”, assegurado como conhecimento válido e supostamente neutro e que tem servido geralmente para legitimar práticas e mecanismos de controle das pessoas jovens”.

Apesar dessa suposta validade exata do conhecimento científico, é preciso verificar que os vários conceitos sobre os jovens também sofreram a influência da sociedade através das concepções políticas, econômicas, culturais e sociais que

muitas vezes acabaram por legitimar normas, práticas e conceitos pré-estabelecidos em relação ao que é ser jovem.

Devido à grande importância da discussão do tema juventude e das várias abordagens já feitas sobre o assunto, apresentamos as conceituações sobre o tema ao longo da história, no Brasil, para entender suas diferenças e limites, buscando reconhecer como os jovens vêm sendo vistos pela sociedade e pelas instituições.

Um dos conceitos construídos sobre a juventude, principalmente pela psicologia, definiu os jovens como problema, com características como rebeldes sem causa, bagunceiros, arruaceiros, sem princípios éticos e morais; enfim, como uma fase de riscos e de crise. Alpizar e Bernal relatam:

Em primeiro lugar, é preciso situar uma das perspectivas que teve maior impacto no imaginário social sobre a vida das pessoas jovens: a juventude como problema, como etapa de crise e de presença comum de patologias. Essa perspectiva implicou uma visão da adolescência e da juventude como um momento de “risco” ou “perigo” quanto à constituição de uma personalidade sadia, não patológica. (ALPINAZAR; BERNAL, 2002, p. 22)

Seguindo essa linha, a juventude seria apenas um caminho para se tornar adulto, momento supostamente de maior discernimento do ser humano, em que os valores da sociedade são finalmente interiorizados e a pessoa passa a viver de acordo com os princípios éticos e com a conduta moral estabelecida.

Essa visão acompanha a tendência de analisar a juventude basicamente como um momento de transição de duas fases: da criança ao adulto. Além de correr o risco de homogeneizar os jovens com características imutáveis e com um viés negativo, essa concepção não aborda a diversidade e a pluralidade de sua condição. Como percebemos, essa perspectiva acaba enquadrando os jovens no



sentido de que eles só serão pessoas completas quando se tornarem adultas e se ajustarem aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade.

A análise “negativa” da juventude traz à tona um paradoxo: ao mesmo tempo em que os jovens são muitas vezes vistos pelas instituições como rebeldes, transgressores das normas, criminosos, violentos, sem consciência crítica etc; também se tornaram para a sociedade um “modo de vida”, um padrão a ser seguido e cultuado devido às características colocadas como próprias dessa fase: uma suposta liberdade, eterna beleza, pleno vigor físico etc.

Outra linha de abordagem de estudo da juventude é o da faixa etária. Segundo Abramo e Leon (2005, p.7), no Brasil existe a tendência baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais (como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), de localizar tal faixa etária entre os 15 e 24 anos.

O único problema dessa análise é que, ainda assim, os jovens acabam sendo caracterizados como um grupo homogêneo, identificado apenas por uma fase de um determinado período da vida.

Mesmo que a juventude seja definida por meio de uma faixa etária, também é preciso identificar suas diferenças, com as mais diversas influências e formas de comportamentos e expressões, para que esse fenômeno seja mais bem compreendido.

Outra corrente interessante na análise dos jovens, mas que também não aborda a sua totalidade, é o da geração, que afirma que o ser humano é construído socialmente, influenciado por aspectos culturais, sociais, familiares etc e por isso acaba se associando em grupos, determinados principalmente por

idades específicas, encontrando, assim, o seu referencial de identidade e de costumes.

Foracchi (1972, p.20) afirma que uma geração compartilha um acervo comum de experiências que acabam criando uma identidade de vivências. Segundo ela, a geração constitui uma modalidade particular de localização social.

Há uma “tendência”, inerente a cada geração, que pode ser determinada pela natureza particular da locação como tal, a qual é sociologicamente estabelecida pelo tipo de relações de locação que mantém outros membros da sociedade diferentemente situados diante do processo histórico-social. (FORACCHI,1972, p.20)

Para Alpizar e Bernal (2002, p.30), o conceito de geração tem servido para construir estereótipos sobre as pessoas. Assim, tende também a homogeneizar os/as jovens, com características comuns a todos que fazem parte da geração jovem do momento.

Como podemos ver, esse conceito é importante para entender que determinados grupos se relacionam em pares em uma mesma geração e que existem conflitos distintos nas diferentes gerações, por vivenciarem diferentes épocas, linguagens, costumes e tradições. Contudo, o mesmo ainda não abordou a totalidade da diversidade da juventude.

Outra linha de estudo sobre a juventude e que trata de forma mais ampla sua diversidade são os estudos socioculturais, que trazem aspectos mais abrangentes para sua análise, afirmando que existem fatores sociais e culturais que influenciam na formação de diversas juventudes.

Como afirmam Alpizar e Bernal (2002, p.28), “os estudos socioculturais ressaltam a diversidade de formas de expressão da juventude (culturas juvenis) e salientam a diversidade do que é juvenil (identidades juvenis)”.

Segundo Carmo (2001, p.11) “está claro que definir o que é jovem é difícil. Falar da “juventude brasileira”, no singular, é muito vago...”

Por isso precisamos entender que a juventude não pode ser analisada de forma uniforme e fechada, com características universais ou com noções preconcebidas. Há várias juventudes, influenciadas por suas diversas vivências culturais, históricas, sociais, econômicas, pelas relações de poder, entre outras determinações.

Nesse trabalho nos apropriaremos dos conceitos dos estudos sócio-culturais para definir e entender as diferentes juventudes, pois acreditamos que esse é um fenômeno difuso, com características plurais.

Para facilitar as nossas análises, além de nos apropriarmos dos estudos socioculturais, vamos trabalhar com o recorte que define os jovens dentro da faixa etária de 15 a 29 anos, a mesma utilizada pela Secretaria Nacional da Juventude do Brasil.

Assim, tendo como base o conceito das juventudes, verificaremos como o jornal O Popular tratou a questão da violência praticada por policiais contra jovens em Goiânia no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, buscando perceber se o jornal divulga um padrão específico de comportamento para a juventude.

## 2.2 REALIDADE DA JUVENTUDE NO BRASIL

Para melhor compreender o fenômeno da juventude também é necessário falar sobre o contexto socioeconômico em que vivemos no Brasil, já que essa realidade afeta diretamente o jovem. Conforme está descrito no Projeto Juventude (2004, p.9), vivemos num tempo em que os direitos básicos da juventude não são garantidos, como o acesso a uma educação de qualidade, saúde, lazer, transporte, trabalho e até mesmo alimentação. O jovem acaba invadido pelo medo de sobrar, de ficar excluído.

Outra característica desse tempo é a imposição da sociedade de consumo, onde a felicidade e o bem viver são sinônimos dos produtos que se pode consumir. Essa é uma grande contradição, pois a felicidade é dada pelo consumo, mas nem todos têm o poder de compra.

A sociedade do consumo também se aproveita da imagem do jovem para vender seus produtos. Como afirma Paim,

...isso significa dizer que o processo cultural de construção do comportamento social do jovem moderno gerou, numa direção, uma imagem de jovem possível de ser apropriada como signo publicitário, expressão daqueles seus atributos já vistos, somados a outros como a felicidade, o desejo de aventura, a sensualidade, traduzidos para a linguagem publicitária. A imagem do jovem torna-se então, a portadora da mensagem publicitária da alegria de viver ou irá ser associada às marcas de modo a provocar o desejo do consumidor. (PAIM, 2002, p.2)

A imagem do jovem apresentada pela publicidade é generalizadora, trazendo um padrão de comportamento e estilo de vida que apenas visa criar o desejo de ser cada vez mais jovem, escondendo todas as desigualdades que podem existir dentro dessa categoria. Assim, por um lado a juventude se torna

mais uma vez homogênea, como a idade social favorita, sendo capaz de estimular o público e despertar o consumidor.

De outro lado, os jovens aparecem nos noticiários envolvidos em graves problemas de violência ou em comportamentos de risco. A juventude mais uma vez se torna estigma de um único viés, vista como problema, com características agressivas e transgressoras. Como está relatado no Projeto Juventude (2005, p.10): “Essas imagens da juventude correspondem a algumas das percepções correntes baseadas em estereótipos não fundamentos por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente”.

São duas as correntes mais divulgadas pela mídia na análise da juventude na sociedade: uma coloca os jovens com um acentuado individualismo, consumismo, alienação, desinteresse político etc e a outra os coloca como disseminadores da violência, desagregadores da família e desestruturadores dos vínculos sociais. Assim, percebemos que estereótipos sobre os jovens são construídos a todo o momento pela sociedade. Contudo eles não abordam a sua diversidade e nem a realidade desigual da atual sociedade.

Como está descrito na pesquisa do Projeto Juventude, feita pelo Instituto Cidadania, os brasileiros de 15 a 24 anos somam 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira. (Instituto Cidadania, 2004, p.9)

Nessa pesquisa, os dados sobre a renda mostram acentuada desigualdade e indicam a condição de pobreza dos jovens. Apenas 41,3% dos jovens vivem em famílias com renda familiar per capita de mais de um salário mínimo, sendo que 12,2% vivem em famílias com renda até de um quarto do salário mínimo.

O documento também apresenta dados alarmantes sobre a juventude brasileira quanto à participação no ensino e no mercado de trabalho. Menos da metade (45%) dos jovens estudam, enquanto 6% estão no mercado de trabalho, 5% estão ocupados e 11% estão procurando emprego. Apenas um quarto deles está incluso, estuda e trabalha ou procura emprego.

Contudo, mesmo sendo uma parcela significativa da população, a juventude depara-se com vários problemas para conseguir sua inserção social, profissional e educacional. Além disso, raramente é considerada, ouvida e respeitada nas suas opiniões.

A pesquisa do Projeto Juventude também revelou que 11% dos jovens brasileiros já sofreram diferentes formas de violência física. “Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta”. (Instituto Cidadania, 2004, p. 13)

Como resultado dessa realidade, a violência aparece como um dos maiores fatores de preocupação entre os jovens brasileiros. Todo esse contexto de desigualdade e de violência deveria ser considerado ao se fazer qualquer abordagem sobre a juventude, principalmente pela mídia que é um dos principais meios de informação e de referência para a sociedade.

### 2.3 REALIDADE DA JUVENTUDE GOIANIENSE

Em Goiânia, a juventude também representa uma grande parcela da população, representando 22,1% de sua população total.

Conforme relatado na pesquisa Retratos da Juventude (2001, p.16), os jovens de Goiânia pertencentes às classes populares (C, D e E) representam mais de dois terços da população, perfazendo um total de 69,4% da população jovem; os jovens da classe alta e média percentual de 30,6%. Quanto à escolaridade, a maioria tem nível médio incompleto (34,8%).

Um dos grandes problemas relatados pelos jovens goianienses, segundo a pesquisa, é a violência apontada como um dos principais incômodos pela maioria dos jovens do sexo masculino de 15 a 16 anos. (2001, p.71).

“São índices acentuados que indicam preocupação dos jovens, demandando, na opinião dos entrevistados, uma ação firme e objetiva sobre o assunto” (RETRATOS DA JUVENTUDE, 2001, p.73)

Quanto ao fato de os jovens de Goiânia terem sido vítimas de assaltos, 41,5% responderam positivamente, sendo esse outro dado que denuncia que a violência é algo corriqueiro na vida dos mesmos.

Diante dessa realidade, percebemos que a juventude representa uma grande parcela da população goianiense que vivencia situações de exclusão e violência. Para entendermos um pouco dessa realidade, verificaremos como a violência vem sendo legitimada historicamente em nossa sociedade e como os jovens se situam nesse contexto.

## 2.4 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Violências como punição, castigos, entre outras coerções, contra crianças e adolescentes têm sido historicamente utilizadas para não permitir a transgressão de normas em nossa sociedade.

Os diferentes discursos produzidos ao longo da história elaboraram as concepções de infância e adolescência, criando um imaginário no qual a prática da violência é comum. Por isso a violência foi cristalizada como algo normal em nossa sociedade, especialmente para “educar” as crianças e adolescentes.

O relatório *Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil: 1980-2002* (PERES; CARDIA; SANTOS, 2006) traça um panorama dos homicídios de crianças e adolescentes no Brasil. Segundo a pesquisa, foi registrado, no período entre 1980 e 2002, um total de 696.056 óbitos por homicídios no Brasil. Desse total, crianças e adolescentes de 0 a 19 anos correspondem a 16% (110.320). Segundo as autoras, esses índices são os mais alarmantes que existem no mundo, dentre os países que não enfrentam guerras internas.

A pesquisa apresenta, ainda, um perfil dessas crianças e adolescentes: a maioria, 87,6%, se encontra na faixa etária de 15 a 19 anos. Destes, a maior parte é negra, do sexo masculino e empobrecida.

Ainda sobre os homicídios dos jovens, segundo a pesquisa, houve crescimento do uso de armas de fogo. Em 1980, 45,5% dos casos de homicídios nessa faixa etária ocorreram pelo uso de armas de fogo. Já em 2002, esse percentual aumentou para 73,2%.

Analisando esse cenário, as autoras do relatório afirmam:



Na classificação das mortes de crianças e adolescentes, os homicídios situam-se na terceira posição nas “mortes por causas externas”. É surpreendente que essa situação tenha se agravado, ao invés de ter diminuído ou de ter sido controlada, em pleno período da consolidação da democracia. Era de se esperar que, com o retorno ao estado de direito, as violações de direitos humanos fossem reduzidas ou até mesmo desaparecessem. Com efeito, as violações motivadas pela repressão política desvaneceram-se, mas os atentados aos direitos civis da maioria pobre e afrodescendente, a criminalidade organizada e as práticas arbitrárias persistiram e até aumentaram. (PERES, CARDIA; SANTOS, 2006, p.15)

Segundo Roure (1996), a utilização da violência como controle do estado sobre as demandas sociais não é um dado recente. Esse poder é utilizado historicamente, porém as formas de repressão exercidas pelo estado é que modificaram no decorrer da história.

Essa violência institucionalizada também vem sendo utilizada contra as crianças e os adolescentes e tem se mostrada vinculada às diferentes concepções que a sociedade constrói sobre suas identidades. Contudo, segundo Roure, ela é apresentada de forma mais acentuada para os negros e pobres:

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV – USP) e o MNMMR – em 1990 – sobre o extermínio de meninos e meninas de rua apontou o fato de que 67% dos meninos exterminados pertenciam à cor negra. Tal fato demonstra um forte componente racial na escolha das vítimas, visto que os grupos de extermínio definem previamente quem vão eliminar. (ROURE, 1996, p.62)

Outro fator que influencia a institucionalização da violência contra adolescentes e jovens é a forma como eles foram reconhecidos ao longo da história. No Brasil colônia, a criança não passava de um simples instrumento que só tinha valor se relacionada ao seu futuro como adulta. Com a vinda da família real para o Brasil, a família se tornou uma instituição nuclear e a criança burguesa passou a ser considerada como objeto de cuidado. Contudo, essa realidade só mudou para a criança burguesa. Na sociedade escravista, a situação da criança e

do adolescente negro era a pior possível, já que eles não passavam de objeto de mercado e muitas vezes eram abandonados ou tratados como escravos adultos.

A realidade dessas crianças e adolescentes era marcada pelo abuso, maltrato, humilhação, exploração e morte. Ao sobreviverem, eles viviam o mundo do trabalho. Muitas vezes as crianças serviam de brinquedo para diversão dos filhos dos senhores, sofrendo todo tipo de humilhação. (ROURE, 1996, p.67)

Com o desenvolvimento da sociedade industrial, nos fins do século XIX, as crianças negras e pobres continuaram a serem exploradas como mão de obra barata nas indústrias e empresas.

A realidade de exploração, principalmente dos pobres e negros, reflete-se até os dias de hoje. Inseridas num sistema capitalista “selvagem”, em que sobram candidatos e faltam vagas, as crianças e adolescentes passaram a atuar no mercado informal como biscateiros, flanelinhas, engraxates, realizando trabalhos e pequenos furtos visando sua sobrevivência. Como afirma Roure:

Vale registrar que, em menor escala, ainda é grande o número de meninos empregados ou subempregados em empresas, sem nenhuma espécie de respeito à regulamentação trabalhista. (ROURE, 1996, p.71)

Nesse contexto, a violência foi colocada como forma de controlar a transgressão de normas e a sociedade brasileira passou a considerar os meninos e adolescentes pobres como trombadinhas, pequenos marginais etc, que devem ser punidos e julgados. Assim, percebemos que a história de exploração que aconteceu ao longo dos séculos é ignorada e o que importa é manter a “ordem” estabelecida.

Os policiais, também trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas, maus tratos etc.

Conforme está descrito no documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), o professor Paulo Sérgio Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990 foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. Nesse período foram assassinados 4.661 jovens com até 17 anos. (ILANUD, s.d., p.124)

O documento também aponta que os policiais militares são grandes responsáveis por homicídios de jovens.

Os responsáveis por esses homicídios são, na sua maioria, policiais militares, que estejam em serviço ou não. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil, de 1997, constatou que os policiais acusados de crimes eram apoiados em diversas frentes. A começar pelas investigações policiais deficientes e pela maneira indulgente com que eles eram tratados pela Justiça Militar. A Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo disponibilizou o perfil das vítimas de homicídio policial no ano de 2000, de acordo com a faixa etária. Novamente constata-se que a população jovem é a mais vitimizada, representando 66,35% das vítimas dos policiais. (ILANUD, s.d., p.124)

O documento ainda aponta uma pesquisa que demonstra que, de acordo com as características descritas nos processos de crimes contra adolescentes e jovens, fica claro que eles foram executados.

A paquistanesa Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais, esteve em missão no Brasil e revelou que ao ler os textos dos processos os crimes ficam evidentes. Muitas vítimas levaram tiros nas costas, disparados à curta distância – circunstância que sugere claramente uma execução. Ao entrevistar internos de centros de detenção juvenil, ela soube que 75% deles já

havia testemunhado execuções de colegas feitas pela polícia. (ILANUD, s.d., p.125)

Assim, o relato conclui:

Ou seja, a ação policial excede claramente os limites legais, manifestando-se como claro abuso de poder. A falta de interesse em puni-los faz com que esse excesso não tenha maiores conseqüências. Os inquéritos são mal instruídos, freqüentemente arquivados e, quando levados em frente, os policiais acabam absolvidos. A falta de acesso à Justiça e a leniência com que os crimes são julgados contribuem para quadro de impunidade e a falta de perspectiva de mudança. (ILANUD, s.d., p.125)

Neto (1999, p.130) também aponta alguns dados sobre a confirmação da existência violência policial, especificamente no Rio de Janeiro:

Pesquisa de vitimização realizada pelo CPDOCFGV/Iser mostra que entre agosto de 1995 e agosto de 1996, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 5,3% da população foram desrespeitados, 2,3% foram ameaçados e 1,1% foi agredido fisicamente por policiais. Isso significa que num período de um ano, pelo menos 835.454 pessoas sofreram algum tipo de violência policial. A mesma pesquisa mostra que, no mesmo período, aproximadamente 80% das vítimas de roubo, furto ou agressão não recorreram à polícia, sendo que de 30 a 40% destas vítimas, dependendo do tipo de crime, não o fizeram porque não acreditavam na polícia ou tinham medo dela. (NETO, 1999, p.130)

O autor também relata a violência policial no Estado de São Paulo no ano de 2004:

Só em 2003, 975 pessoas foram mortas por policiais. É o número mais alto registrado nos últimos dez anos. No mesmo ano, 126 policiais foram mortos. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos, que têm uma população sete vezes maior e um efetivo policial cinco vezes maior que o do Estado de São Paulo, 297 pessoas foram mortas por policiais e 51 policiais foram mortos em confronto no ano 2000. A polícia e os governantes são rápidos em atribuir o aumento da letalidade em ações policiais ao crescimento da violência na sociedade, ao aumento da violência contra os policiais e até mesmo à intensificação das ações da polícia. O problema com essas explicações é que a letalidade em ações policiais no Estado aumentou em 2002/2003, enquanto os números de homicídios, de policiais mortos e de prisões efetuadas caíram. (NETO, 2004, Folha de São Paulo)

Além da violência policial, há grupos de extermínio que são compostos por policiais e ex-policiais militares e civis que atuam como instrumentos de violência e

morte. Sobre a formação desses grupos de extermínio, o documento do ILANUD afirma:

No Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode ser conferida uma pesquisa que mostra que, em 1991, 8 mil policiais do Rio de Janeiro (ou 27% do total do efetivo do estado) já haviam sido convidados a participar de grupos de extermínio. Em outro estudo realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1996, 76% dos entrevistados declararam crer que há esquadrões da morte compostos de policiais. O relatório comenta ainda denúncias apresentadas à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional de que havia nada menos que 30 grupos de extermínio em Pernambuco, além de outros no Espírito Santo e em Minas Gerais. Todos formados por policiais civis e militares. (ILANUD, s.d., p.125)

Segundo Roure (1996, p.106), a sociedade, ao não se manifestar e não se posicionar diante da violência policial e dos grupos de extermínio, acaba sendo complacente com suas práticas:

A sociedade vai assim, através das práticas das prisões, dos extermínios, das torturas, dos linchamentos, da institucionalização da pena de morte, encontrando formas (violentas) de eliminar aqueles que resistem e revoltam-se de forma violenta contra um sistema socioeconômico, político e cultural excludente e injusto que os tornam “menos homens” na busca pela própria sobrevivência e dos seus. (ROURE, 1996, p.106)

Nessa análise existe um paradoxo, pois quem extermina esses jovens e crianças está cometendo um crime, contudo é apoiado pela sociedade. Logo, quem não deu certo ou não conseguiu se encaixar no sistema capitalista deve ser eliminado. O exterminador é justiceiro porque existe cumplicidade entre os que exterminam e a sociedade que silenciosamente concorda com sua ação. O questionamento sobre o processo de marginalização ao longo da história das camadas mais pobres não é refletido por essa moral.

Roure (1996, p.114) define o olhar do exterminador para sua vítima como preconceituoso, vedado por uma concepção de moral. O “marginal” é considerado vagabundo, porém a concepção de violência cometida pelo “justiceiro” exterminador tem outro sentido. A autora assinala:

A violência vinha assim tomando formas absurdas e desumanas. A impossibilidade de compreender que a marginalidade é produto de uma sociedade discriminatória que acaba por conceber diferentes concepções de assassinos: aqueles que fazem mal, aqueles que fazem bem. As contradições presentes no discurso sobre a violência e a marginalidade acabam por silenciar a existência de um sistema econômico excludente, com relações sociais diferenciadas (ROURE, 1996, p.114)

Para a autora, a situação de opressão e miséria a que são submetidos os adolescentes e jovens é materializada em seus discursos. O trabalho significa sobrevivência, assim eles têm que deixar a escola para trabalhar e sobreviver.

Eles também expressam em seus discursos a relação de violência e a discriminação racial. “Preto na rua é mais perseguido que branco. Existe uma diferença de tratamento, na rua, entre meninos pretos e brancos.” (ROURE, 1996, p.130). Esse preconceito, construído historicamente, está presente no cotidiano desses adolescentes e jovens.

Muitas vezes essas crianças e adolescentes ignoram as relações de força e poder existentes na sociedade, passando em vários momentos a responsabilizar-se por suas atitudes, pois tudo seria questão de boa vontade de cada um.

Por não considerar o caráter ideológico por que tais discursos são atravessados, os meninos acreditam na evidência de tais sentidos, sentindo-se culpados e responsáveis. (ROURE, 1996, p.50)

Diante do expressivo aumento da violência policial contra jovens na nossa sociedade, pretendemos verificar como essa realidade é trabalhada pela mídia em Goiânia, especificamente pelo jornal *O Popular*. Contudo, para ilustrar a realidade da violência em Goiás, apresentaremos, em seguida, o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, criado como uma resposta da sociedade à violência policial no Estado.

## 2.5 COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL

Criado em 26 de abril de 2006, o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* reúne famílias da grande Goiânia que tiveram seus filhos torturados, espancados, executados por policiais e vivem, dia e noite, acreditando no lema “Quando a dor vira resistência”.

Entre seus objetivos, está fortalecer o movimento social que busca mudanças dentro da própria polícia, além de denunciar e cobrar justiça para os tantos casos considerados de “desaparecidos”.

Uma das ações do comitê é a realização, uma vez por mês, de reuniões e um ato público no centro de Goiânia para apresentar à sociedade a questão da violência policial e fazer o acompanhamento dos casos.

Na carta divulgada pelo comitê no dia de seu lançamento, as famílias ilustram alguns dos vários casos de violência policial:

No dia 04 de janeiro de 2006, o jovem Fábio da Costa Lima, de 21 anos, foi abordado por policiais de um veículo da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam), às vinte e uma hora e quinze minutos. Após uma rápida abordagem, o jovem foi colocado à força no porta-malas do veículo e não apareceu mais. A polícia militar não consegue informar o paradeiro do rapaz!

O fato foi presenciado por várias testemunhas que demonstram bastante medo para contribuir nas investigações do sumiço. Logo após a abordagem e a prisão de Fábio, seus pais iniciaram uma verdadeira romaria nas delegacias de Goiânia, não logrando êxito na localização de seu filho. Desde então, vêm procurando os órgãos responsáveis pela investigação policial e controle externo da atividade policial, sem, contudo, obterem qualquer informação sobre os responsáveis pela abordagem e sumiço de seu filho Fábio da Costa Lima. A única informação que recebem é o compromisso vazio das autoridades goianas competentes.

Tal caso não é isolado. A criança Murilo Soares Rodrigues, com 12 anos na época, e o trabalhador Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, com 21

anos na época, também tiveram o mesmo destino de Fábio da Costa Lima: o sumiço.

O fato aconteceu no dia 22 de abril de 2005, na Vila Brasília, por volta das vinte horas e quarenta minutos, em Aparecida de Goiânia e até hoje está sem solução. Os policiais apontados pelo desaparecimento ainda não receberam qualquer punição, somente foram transferidos da atividade externa que realizavam no Grupo de Patrulhamento Tático (GPT) para atividades administrativas da polícia militar. Os pais da criança Murilo Soares Rodrigues estão desolados com a morosidade das investigações.

Outro caso é o do Luiz Antonio Ferreira de Azara, de 29 anos, casado, pai de um casal de filhos, ocorrido no dia 27 de janeiro de 2006, por volta das dezessete horas e trinta minutos, no Setor São José; que foi assassinado por policiais militares dentro de sua própria casa.

Pedro do Nascimento Silva, 27 anos, foi alvejado pelas costas durante a Operação Triunfo, no Parque Oeste Industrial, no dia 16 de Fevereiro de 2005. Testemunhas relatam que ele foi espancado depois de ter sido baleado e deixado sangrando durante muito tempo, sendo que vários policiais da PM lhe negaram socorro. Realmente viram-no morrer. A prova que ele foi deixado a esmo sem socorro foi a marca de sol que as algemas deixaram nos seus pulsos.

Exemplo da abordagem truculenta policial foi o que aconteceu com o jovem Lindomar Pedroso de Araújo, de 22 anos na época, que foi detido, sofreu tortura e, após seis meses da prisão, foi morto dentro de casa. Esse caso teve pouca repercussão na mídia. (COMITÊ, 2006, p.01)

Segundo o comitê, esses são alguns dos casos de violência e morte cometidos por policiais contra jovens de Goiânia. As famílias afirmam que grande parte dos casos ocorreu na periferia de Goiânia e Aparecida de Goiânia, sendo que os policiais que cometeram esses crimes não se identificaram em suas abordagens, o que, segundo o movimento, dificulta os processos de investigação que são muitas vezes arquivados sem a punição dos envolvidos.

Nesse contexto, esse grupo de famílias busca denunciar os casos de violência policial, identificar outras famílias vítimas e, principalmente, cobrar justiça para que outros casos não continuem a acontecer.

Com a criação do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, buscamos uma articulação mais próxima junto ao Ministério Público, a grande mídia, os agentes policiais, a Secretaria de Segurança Pública e Justiça, o Poder Judiciário, Legislativo e as entidades da sociedade civil organizada; buscando a solução concreta dos casos identificados e, conseqüentemente, ampliando o debate com toda a comunidade. (COMITÊ, 2006, p.03)



Uma das ações e objetivos do comitê é divulgar e denunciar os casos de abusos e violência policial e cobrar justiça, buscando a parceria de entidades e da grande mídia.

Segundo os membros do movimento, a imprensa de Goiânia foi contatada durante os atos de manifestação do comitê, durante o seu lançamento e informada sobre os detalhes de acompanhamento jurídico dos casos. Contudo, segundo os mesmos, muito pouco foi divulgado na grande mídia.

Por isso nos motivamos a verificar como foi feita essa cobertura pelo jornal *O Popular* no período do lançamento do comitê. Contudo, antes de tratarmos especificamente dos casos publicados no *O Popular*, faremos um estudo e uma análise sobre a influência e a importância da mídia e dos veículos de comunicação para a formação de conceitos e princípios em nossa sociedade.

### 3 O PODER DA MÍDIA CONTEMPORÂNEA NA SOCIEDADE

#### 3.1 MÍDIA E PODER

Antes de definirmos como o jornal *O Popular* realizou a cobertura das notícias sobre violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, vamos entender qual o papel e a importância da mídia na formação de opiniões da sociedade.

De uma forma geral, podemos definir mídia como instituições que produzem e transmitem informações e notícias para determinados públicos. A mídia difunde suas informações através de diversos veículos: jornais, internet, televisão, revistas, rádio etc. Na definição de Lima (2006, p.52):

Quando falamos de mídia estamos nos referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, às revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa. Ela é parte de nossas vidas da mesma forma que os caminhões para o fiscal de alfândega. E é por isso que quase não nos apercebemos dela e de sua importância. (LIMA, 2006, p. 52)

Na sociedade atual, a mídia passou a ser sinônimo de poder. Grandes empresas, sindicatos, movimentos sociais, instituições políticas; enfim, vários atores sociais buscam espaço na mídia para ganhar a aprovação da opinião pública.

Essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional como para a prática da política. Isso porque (a) os atores políticos têm que disputar a visibilidade favorável de seu ponto de vista. (LIMA, 2006, p. 56)

Dessa forma, atualmente, o poder não é mais identificado só ao poder político, mas também, e quase sempre, ao poder midiático. Quando falamos de poder, devemos considerar a crise que ele sofre. Ao invés de um poder autoritário,

estamos passando para um poder consensual, consenso esse obtido através da opinião do povo, manipulado ou não. Conforme afirma Ramonet,

Quanto a falar do poder, não se pode fazê-lo senão considerando a crise que ele sofre, no sentido amplo do termo, e que é uma de suas características neste fim de século. De um poder vertical, hierárquico e autoritário, estamos passando para um poder horizontal, reticular e consensual (um consenso obtido, precisamente, por meio de manipulações midiáticas). Crise, dissolução, dispersão do poder, só dificilmente se sabe onde ele se encontra. (RAMONET, 2001, p.39)

Nesse contexto, a mídia, que era considerada por tanto tempo como “quarto poder”, passa a desempenhar um papel fundamental.

Segundo Ramonet (2001, p.40), a mídia possui tal importância na formação de opiniões que ocupa a posição de “segundo poder”.

Na realidade, o primeiro poder é hoje claramente exercido pela economia. O segundo (cuja imbricação com o primeiro se mostra muito forte) é certamente midiático – instrumento de influência, de ação e de decisão incontestável – de modo que o poder político só vem em terceiro lugar. (RAMONET, 2001, p.40)

Nessa posição de destaque, os meios de comunicação podem ser meios de debate, promovendo alguma interatividade com o receptor, e, em alguns momentos, também podem ser agentes de vigilância e de controle dos poderes, servindo como importantes meios de troca de informações e de estímulo à cidadania. Contudo, eles também podem ser usados em função de interesses particulares ou de interesses de determinados poderes. Conforme afirma Souza (2000, p.22),

Todavia, não será menos certo, a acreditar em vários estudos, designadamente entre os que orbitam em torno dos estudos culturais (Hoggart, Williams, Hall, etc), da teoria crítica (Adorno, etc.) e da teoria da hegemonia (Gramsci, etc.), que os meios jornalísticos são também usados em função de interesses particulares, como os interesses de determinados poderes, podendo, igualmente, contribuir para a amplificação dos poderes e para a sustentação do status quo. (SOUZA, 2000, p.22)

Para Ramonet (2001), alguns jornalistas, cientes do poder que a mídia exerce, posicionam-se como “cães de guarda”, tentando manter, por meio das informações transmitidas, as posições e ações de uma classe dominante detentora do poder. Assim, esse grupo de jornalistas impõe sua definição de notícia-mercadoria, estando a serviço dos interesses dos detentores do poder.

Outro fator que muito contribui para o poder da mídia na sociedade atual é a associação das notícias como sendo as únicas verdades de um fato. As pessoas têm acesso ao que acontece no mundo por meio dos veículos de comunicação e, na maioria das vezes, essa é a sua única fonte de informação de um determinado fato. Assim, o que sai na mídia é a pura verdade e o que não é relatado acaba ficando no anonimato ou simplesmente não acontece aos olhos da opinião pública. Sobre esse fato, Ramonet (2001, p.44) afirma:

Guardadas as devidas proporções, as mesmas questões surgem a respeito da televisão desde a guerra do Golfo. Onde está a verdade? Agora o telespectador pode dizer: “Vi o que se passou em Kosovo, vi os combates, vi aquela vítima em pessoa cair sob o olho da câmera, ali diante dos meus olhos. Pois a informação, tal como é enunciada agora, estabelece uma ponte aparente entre o evento longínquo e o sentimento íntimo de cada um, que cria um efeito enganador. Se vejo uma cena que suscita minha emoção, o que me garante que ela é verdadeira? As circunstâncias objetivas que cercam esta cena como evento e como fato material, ou a compaixão que sinto pessoalmente? (RAMONET, 2001, p.44)

Logo, quando acontece um fato, se os meios de comunicação disserem que ele é verdadeiro, o mesmo será considerado verdadeiro, mesmo que seja falso. Porque o que é verdadeiro é o que a mídia divulga como tal. Souza (2000, p.26) aponta:

Recentemente, segundo Mar de Fontcuberta (1993), os news media<sup>1</sup> começaram a difundir relatos de não-acontecimentos, ou seja, a construir, produzir e difundir notícias a partir de factos não sucedidos

---

<sup>1</sup> News media – termo que se refere aos meios de comunicação.

(como, por exemplo, o Conselho de Ministros não se pronunciar sobre o que nem sequer estava previsto que se pronunciasse), o que minaria aquelas que a autora considera serem as bases tradicionais do jornalismo: realidade, veracidade e atualidade. (SOUZA, 2000, p.26)

Nesse contexto, se a pessoa quiser verificar se uma informação é verdadeira, deverá confrontar os discursos dos vários meios de comunicação. E mesmo assim correrá o risco de ter acesso a uma informação homogeneizada, com um foco comum de análise, sem uma postura crítica.

O que é verdadeiro e o que é falso? Se a imprensa, a rádio ou televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, isto se impõe como verdade... mesmo que seja falso. O receptor não possui outros critérios de avaliação, pois, como não tem experiência concreta do acontecimento, só pode orientar-se confrontando os diferentes meios de comunicação uns com os outros. E se todos dizem a mesma coisa, é obrigado a admitir que é a versão correta dos fatos, a notícia "verdade oficial". (RAMONET, 2001, p.62)

Champagne (1996, p.223) traz ao debate o fato de que os dominados, para se exprimirem e se fazerem ouvir, devem ter seu discurso formalizado pela mídia. Para o autor, é necessário ser capaz de produzir algo que chame atenção da mídia.

Para sair do silêncio – muitas vezes mortal do ponto de vista político – da mídia e entrar nessa espécie de "círculo mágico" que coloca um acontecimento, como é bem formulado pela expressão, "sob os holofotes da atualidade", é necessário ser capaz de produzir alguma coisa que se assemelhe ao que o campo jornalístico percebe, habitualmente, como "evento que mereça a primeira página". (CHAMPAGNE, 1996, p.223)

Além da divulgação pela mídia, não basta ser "visto", é necessário, ainda, ser "bem visto". Contudo, essa relação não é totalmente manipulada pela imprensa. Seja qual for o modo como os meios de comunicação falam a respeito de um assunto, existem fatos que não podem deixar de ser veiculados pelos jornalistas, pois senão eles perdem sua credibilidade. Campagne afirma que,

é na relação entre o campo imprensa e os diferentes campos sociais que se engendram os "acontecimentos". É como se o acontecimento jornalístico fosse uma forma convertida – na lógica relativamente autônoma do campo jornalístico – do capital econômico, institucional,

cultural ou simbólico que está à disposição dos grupos sociais. (CHAMPAGNE, 1996, p.224)

Diante desse cenário, fica claro que mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. Por isso a importância de saber se posicionar diante das informações divulgadas pelos veículos de comunicação, ultrapassando os casos de manipulação, a falta de crítica e a homogeneização do conteúdo transmitido.

### 3.2 TEMPO, ESPAÇO E MÍDIA

Outro fator que muito influencia na construção das notícias atualmente é questão tempo/espço. Com o advento das novas tecnologias como a internet e a capacidade de se transmitir uma notícia em tempo real, as informações são transmitidas “ao vivo” por vários veículos, o que aumenta ainda mais a superficialidade com que alguns fatos são tratados.

A mídia, sacrificando-se à ideologia do direto, do ao vivo, do instantâneo, reduz o tempo de análise e da reflexão. O jornalista reage com paixão, instintivamente. Ele abandona as exigências e barreiras da profissão; torna-se uma testemunha a mais... (RAMONET, 2001, p.61)

Nesse contexto, alguns jornalistas muitas vezes tratam os fatos de forma “rasa” para não perder o “furo da notícia”, isto é, divulgar um fato novo antes dos outros veículos de comunicação. Souza ilustra essa realidade:

A pressão do tempo, agudizada pela competitividade, levaria ainda os jornalistas a relatar frequentemente as histórias em situações de incerteza, quer porque nem sempre reúnem os dados desejados que porque necessitam de seleccionar rapidamente acontecimentos e informações. O factor tempo impediria também a profundidade... (SOUZA, 2000, p.52)

Sobre essa velocidade da produção de notícias, Ramonet afirma:

Nas salas de redação das emissoras de tevê mais modernas, os jornalistas redigem o texto e montam as imagens simultaneamente. O risco é que a quantidade de notícias produzidas aumente em volume e acabe numa superabundância de oferta. Essa superabundância se traduz numa multiplicação das transmissões consagradas à atualidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1996, havia apenas, em matéria de informações pela tevê, três jornais da noite, uma rede a cabo e dois programas semanais sobre um determinado assunto. Agora, há três jornais de noite, dez programas de uma hora sobre um determinado assunto, três redes a cabo, três redes de informações econômicas, duas redes de informação esportiva e três sites na Internet com vídeo-imagens. (RAMONET, 2001, p.53)

Existem, ainda, casos em que alguns jornalistas, em busca do furo de reportagem ou de uma maior audiência, chegam a inventar histórias ou contar fatos distorcidos.

Esta corrida ao dinheiro, assim como a caça ao furo jornalístico (scoop) e à prioridade da reportagem, provocaram outras derrapagens. As de Patrícia Smith, por exemplo, do Boston Globe, que também não hesitou em inventar testemunhos e declarações para melhor enriquecer e aumentar o interesse de seus artigos. Ela foi demitida em maio de 1998 e seu colega Mile Barnicle, editorialista há vinte e cinco anos no mesmo jornal, também o foi dois meses mais tarde, acusado de ter inventado totalmente a dolorosa história de duas famílias – uma branca e rica e a outra negra e pobre – que se haviam tornado amigas por causa de uma desgraça comum: os filhos de ambos estavam com câncer... (RAMONET, 2001, p.56)

Por outro lado, as pressões exercidas pelos departamentos comerciais dos veículos de comunicação em produzir uma notícia vinculada aos anunciantes ou que sejam favoráveis aos mesmos, no intuito de garantir a sustentabilidade desses veículos de comunicação, fazem com que os jornalistas muitas vezes produzam matérias tendenciosas para apoiar políticos ou empresas anunciantes.

Nesse sentido, também existem intimidações que vêm dos grandes grupos midiáticos ou dos acionistas dos veículos de comunicação.

Sobre essas pressões, Ramonet ilustra:

Por outro lado, os jornalistas se preocupam com influências e pressões exercidas sobre o conteúdo da informação, em particular com a publicidade e os anunciantes. “Buscando novos meios de aumentar seu público e sua renda – escreve David Shaw, jornalista do Los Angeles

Times- e sob a pressão constante dos gerentes preocupados com seus benefícios, os jornais abaixam ou suprimem o "muro" (the wall), palavra que designa a separação tradicional entre redação e publicidade". (RAMONET, 2001, p.54)

Além disso, existe também certa manipulação das imagens em algumas publicações. Isto porque com o advento das novas tecnologias, como os programas de edição de imagens, os profissionais podem mudar cenários, corrigir imperfeições etc. Logo, o que vemos pode não ser condizente com sua imagem real.

Tudo isso muda com as técnicas digitais. Com elas, tudo se torna possível, fácil e barato; todas as modificações de fotos existentes, todas as trucagens, todas as simulações com a ajuda de imagens sintéticas e virtuais: "As técnicas digitais – escreve Philippe Quéau – são capazes de modificar tudo sem que possamos defender-nos. (...) A imagem não está mais limitada ao papel de cópia, ou de memória de uma realidade desaparecida, ela adquire uma realidade, uma vida própria, de maneira interativa. (RAMONET, 2001, p.70)

Assim, os veículos de comunicação, pressionados pelo tempo, concorrência e busca da audiência acabam, muitas vezes, manipulando fatos e imagens. Isso não é uma regra, mas muitas vezes acontece. Por isso as pessoas devem estar sempre atentas às informações que recebem, buscando várias fontes e desconfiando da "verdade absoluta" supostamente apresentada pela mídia. Sobre o poder dos veículos de comunicação, Souza (2000, p.119) afirma que

de facto, os jornalistas possuem um grande poder. Esse poder pode estar a diminuir, devido à força das novas tecnologias, que estão a retirar aos jornalistas o papel de gatekeeper<sup>2</sup> privilegiado de gestor do espaço público informativo. Mas não deixa de ser um poder... Mas, do meu ponto de vista, as notícias, devido aos efeitos que têm, não podem ser vistas unicamente como uma mercadoria. Por isso, há também que proteger os cidadãos dos jornalistas e do jornalismo, porque os cidadãos necessitam de ser protegidos de todo o abuso e poder, e os abusos de poder também podem ser exercidos pelos jornalistas... (SOUZA, 2000, p.119)

---

<sup>2</sup> "Gatekeeper" é quem determina o que será visto pelo leitor



### 3.3 TEORIA DO AGENDAMENTO

Como percebemos anteriormente, existe uma grande influência e poder dos veículos de comunicação na formação da opinião pública. Uma das correntes mais recentes para analisar essa influência é a teoria do agendamento, que surgiu na década de 1970.

Essa teoria procura explicar que existem efeitos cumulativos em curto prazo na opinião pública que resultam da abordagem de assuntos por parte dos veículos de comunicação

O primeiro trabalho sobre a teoria do agendamento, feito em 1972 por McCombs e Shaw, abordou a questão da influência dos veículos de comunicação na opinião pública durante as campanhas políticas presidenciais norte-americanas. Para definir a teoria do agendamento, Traquina (2000) explica:

A idéia básica da teoria poderá ser resumidamente apresentada da seguinte maneira: A capacidade dos media em influenciar a projecção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media... (TRAQUINA, 2000, p.14)

McCombs e Shaw concluíram que a agenda dos veículos de comunicação influía na opinião e na posição do leitor. A partir da constatação desses autores, a teoria passou a dominar as pesquisas de comunicação. Conforme afirma Traquina: “Assim, McCombs e Shaw abriram novas linhas de investigação que vieram a motivar a produção de mais de 200 artigos e livros”. (TRAQUINA, 2000, p.18)

Os objetivos de vários estudos sobre a teoria do agendamento trabalharam a hipótese de que existe uma relação causal entre agenda jornalística e agenda pública.

Utilizando uma metodologia experimental onde diferentes grupos de pessoas foram expostos a noticiários televisivos diferentes, uns alterados pelos pesquisadores com o intuito de introduzir notícias sobre a questão da defesa nacional, Iyengar, Petters e Kinder (1982-91) confirmaram a hipótese teórica do agendamento. (TRAQUINA, 2000, p.32)

Sobre a teoria do agendamento e suas ocorrências, Bonfim afirma:

Teorias mais recentes, como a do Agendamento e a do Enquadramento, não incorporaram a participação das fontes na dinâmica que resulta na notícia/informação, produto final do jornalismo, e apontam uma preponderância dos jornalistas na construção social da notícia e, portanto, na determinação dos assuntos que vão ocupar a Agenda Pública ou como muitos preferem, a esfera pública. Há nestas teorias um retorno à idéia da mídia poderosa, paradigma que foi hegemônico durante muito tempo nos estudos de comunicação. (BONFIM, 2005, p.46)

Os teóricos que trabalharam a questão do agendamento procuram, então, explicar qual é a influência das notícias, entendendo como elas são constituídas, construídas, como elas influem e como são apropriadas pelos veículos de comunicação com o intuito de formar opiniões.

Contudo, já em 1976, McCombs verificou que o efeito do agendamento nem sempre dá certo em relação a todas as pessoas.

Assim, a pesquisa sobre o agendamento tem procurado compreender melhor o conceito, respondendo às seguintes perguntas: o efeito do agendamento exerce-se da mesma forma sobre todas as pessoas? E sobre todos os assuntos? (TRAQUINA, 2000, p.33)

Ainda segundo Traquina (2000), outra constatação da teoria do agendamento é que o efeito da agenda jornalística também varia segundo o assunto.

Outra conclusão da pesquisa sobre o agendamento é a de que o efeito da agenda jornalística também varia segundo a natureza do assunto, distinguindo entre questões para as quais as pessoas podem mobilizar a sua experiência directa, por exemplo, questões econômicas, e questões

distantes das pessoas, que delas não tem experiência directa, por exemplo, questões de política externa. (TRAQUINA, 2000, p.34)

Outros autores também apontam para a importância da natureza envolvente ou não envolvente do acontecimento.

Num estudo sobre as campanhas de relações públicas de diversos países (Argentina, Indonésia, Coréia do Sul, entre outros), Manheim e Albritton (1984) sublinhas a natureza na envolvente da política externa como um factor que explica o êxito dessas campanhas , como escrevem o efeito e agendamento conseguido, nomeadamente, a mudança da imagem do país. (TRAQUINA, 2000, p.37)

Percebendo a importância do agendamento da notícia na formação de opiniões, Traquina (2000) afirma que os jornalistas, sabendo da responsabilidade e da influência na vida das pessoas, têm um papel fundamental e devem estar cientes do mesmo para fazer um trabalho ético.

À luz da teoria, outra conclusão se impõe: as responsabilidades dos jornalistas são, de facto, "terríveis"; esta constatação implica que as exigências feitas aos profissionais do campo jornalístico serão cada vez maiores. Por isso, tornasse insustentável negar o papel activo que os jornalistas exercem na construção da realidade social... (TRAQUINA, 2000, p.42)

Logo, ao selecionarem e divulgarem as notícias, os profissionais de comunicação desempenham um importante papel na configuração da realidade social, política e ideológica. Assim como afirmam Maxell E. MacCombs e Donald L Shaw (TRAQUINA, 2000, p.42):

Ao divulgarem aquilo que os candidatos vão afirmando durante uma campanha, os media podem muito bem determinar quais são as questões importantes, ou seja, podem estabelecer a "agenda da campanha". (TRAQUINA, 2000, p.42).

Segundo os estudos da teoria do agendamento, há provas suficientes de que os profissionais de comunicação e os média desempenham um papel muito importante nas percepções da realidade das pessoas. Sobre essa afirmação,

David H Weaver, Maxwell McCombs e Charles Spellman relatam (TRAQUINA, 2000):

Todos os dias, os “gatekeepers” dos sistemas dos media noticiosos têm de decidir quais os itens a deixar passar ou a rejeitar. E mesmo os que passam neste crivo “gate<sup>3</sup>” são tratados de forma desigual na sua apresentação ao público. Alguns são tratados extensivamente, outros severamente cortados. Alguns são temas de destaque num noticiário, outros surgem no final do seu alinhamento. Os jornais afirmam claramente a sua valoração de um assunto através do tamanho do título e da sua localização em termos de paginação. A tese do agendamento defende que os públicos decidem a saliência de cada assunto a partir desses julgamentos veiculados pelos media noticiosos, incorporando na sua agenda pessoal uma escala de pesos semelhante. (TRAQUINA, 2000, p.65)

O agendamento é mais amplo do que pensar sobre o que as notícias dizem sobre o que devemos pensar. Ela afirma que as notícias também dizem como devemos pensar sobre o que pensamos.

Tanto a seleção de objectos para atrair a atenção como a selecção dos enquadramentos para pensar sobre esses objectos são tarefas poderosas do agendamento. Centrais à agenda jornalística e ao seu conjunto diário de objectos – assuntos, personalidades, acontecimentos, etc. – são as perspectivas que os jornalistas, e conseqüente o público, optam para pensar sobre cada objecto (McCombs, 1992). Estas perspectivas dirigem a atenção para determinados atributos, desviando-a de outros. (TRAQUINA, 2000, p.65)

Conforme as discussões feitas, percebemos que a teoria do agendamento explica a influência da mídia no agendamento de temas e na formação da opinião pública. Para fazer a análise dos casos do Jornal O Popular sobre violência policial contra jovens em Goiânia, no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, nos apropriaremos desses conceitos, ampliando o foco de análise especificamente para a teoria do enquadramento, que é uma extensão da teoria do agendamento, que será explicada logo a seguir.

---

<sup>3</sup> Nesse caso, “gate” é o filtro pelo qual as notícias são escolhidas pelos jornalistas.

### 3.4 TEORIA DO ENQUADRAMENTO

Conforme verificamos anteriormente, existe um agendamento da mídia e ele influencia a opinião pública. Para complementar a questão do agendamento, apresentamos um enfoque mais específico que norteará as análises desse trabalho: a teoria do enquadramento, ou seja, como a mídia divulga suas notícias e qual a organização de fatos e assuntos a serem abordados.

O enquadramento da notícia deve ser considerado tanto na apresentação das notícias como no consumo das notícias. Ele serve, também, como uma forma de organização do trabalho dos jornalistas, permitindo a identificação, a classificação e disposição da informação.

Lima (2006, p.17) recorreu à teoria do enquadramento para analisar a cobertura da crise política de 2005-2006 no Brasil.

Recorro aqui a categorias básicas para identificar o enquadramento predominante na grande mídia ao longo de toda a cobertura da crise política. Como se sabe “a maioria dos enquadramentos são definidos tanto por aquilo que omitem, quanto por aquilo que incluem, e as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas para conduzir as audiências quanto as inclusões”... (LIMA, 2006, p.17)

Conforme afirma Venício de Lima, a teoria do enquadramento é a forma que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido. Para realizar esse enquadramento, aspectos como ideologia, normas e posicionamento político do veículo de comunicação diante determinados temas são fundamentais.

Ao ressaltar certos aspectos, destacando-os ou excluindo-os, o enquadramento da notícia pode levar a uma percepção de um fato diferente do que ele provocaria se esse enquadramento não acontecesse. Logo, como percebemos, o enquadramento ajuda a determinar como a notícia será apresentada ou até mesmo se um fato será transformado em notícia.

Segundo Bonfim: (2005, p.77)

O método de interpretação baseado nos enquadramentos estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia ou na construção da “estória”. Dispositivos de enquadramento são: metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e imagens. (BONFIM, 2005, p.77)

Assim nesse trabalho, através da teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, buscamos verificar na formatação das notícias sobre os casos de violência policial contra jovens divulgados no Jornal O Popular, elementos que orientem o público em uma determinada interpretação dos fatos. Vale destacar que até mesmo a omissão de fatos ou detalhes de terminadas notícias são fatores importantes nessa categoria de análise.

### 3.5 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para realizar o presente trabalho, primeiramente fizemos um levantamento bibliográfico das obras que apresentam conceituações sobre juventude e sobre sua realidade no Brasil e em Goiânia, sobre a influência da mídia na formação de opiniões, as teorias do agendamento e do enquadramento, além de informações sobre o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial.

Após o levantamento bibliográfico, realizamos o levantamento das obras pertinentes ao trabalho e o fichamento das mesmas.

Para dar seqüência ao trabalho, redigimos os capítulos acima trabalhando os conceitos teóricos que dão embasamento à monografia.

O próximo passo será identificar as edições do Jornal O Popular que circularam entre o período de abril a junho de 2006, verificando quais as reportagens que enfocam a temática da violência policial contra jovens em Goiânia.

Após a separação das matérias seguindo o critério da temática, faremos a leitura e cópia do material, realizando anotações e organizando os dados de acordo com o seguinte critério:

-Verificar se os casos de violência policial divulgados pelo *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* no período dos meses de abril e maio do ano de 2006 foram divulgados no jornal *O Popular* nesse mesmo período e analisar, ainda, o enquadramento dado a estas notícias.

Após a organização dos dados, faremos a análise dos mesmos tendo como referencial teórico a teoria do enquadramento, explicada no tópico anterior.

O próximo passo será a redação das conclusões finais.

## 4 ABORDAGEM DO JORNAL *O POPULAR* SOBRE OS CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS

### 4.1 ANÁLISE DAS MATÉRIAS QUE ABORDAM A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS

Ao fazer a análise das notícias sobre violência policial publicadas no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, período em que foi lançado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* (26 de abril de 2006), encontramos 15 matérias relacionadas com a temática juventude e violência.

Destas, quatro trataram diretamente dos casos de violência policial contra jovens; uma apontou o controle e combate à violência como sendo uma das principais demandas sociais de Goiás; três apresentaram jovens assassinados, sem apontar os culpados e quatro apresentaram casos de jovens que cometeram crimes.

Também selecionamos uma matéria publicada pelo jornal *O Popular*, no dia 06 de março (fora do período escolhido para fazer esta pesquisa) porque a mesma apresenta casos de 77 policiais militares de Goiás investigados por mortes.

Não vamos nos deter na análise das notícias que apontam os jovens como sendo autores de violência porque esse não é nosso objetivo neste trabalho. Verificaremos, em primeiro plano, as quatro matérias específicas que trazem os casos de violência policial contra jovens.



Mas antes é interessante abordar a notícia publicada pelo *O Popular* no dia 16 de abril de 2006, que afirma que o controle da violência é uma das principais demandas sociais de Goiás.

A matéria foi construída tendo como base os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e entrevistas com “especialistas” – economistas e cientistas políticos. Segue abaixo um trecho da mesma:

O intenso processo de urbanização, associado à deficiência nas políticas de distribuição de renda, mantém a segurança pública no topo das demandas sociais, especialmente entre os eleitores de classe média, dizem os especialistas. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, mostram que o número de homicídios em Goiás subiu de 453, em 1998, para 1.274, em 2002. Segundo o economista Paulo Borges de Campos Júnior, a dificuldade de acesso à saúde e a depreciação do ensino estatal fazem das políticas de segurança pública o principal elemento da “sensação” de “ausência” do Estado. “O cidadão sai de casa para jantar sem saber se voltará para casa”, diz. Os estudiosos são unânimes em afirmar que a segurança é a área em que o governo mais tem dado demonstrações de ineficiência, apesar do destaque às medidas de repressão. Pesquisa Serpes/O Popular realizada no fim do ano passado mostra que a segurança pública é o setor que mais tem exigido “medidas urgentes” pelo eleitorado do Estado. (*O Popular*, Política, 16/04/2006).

Conforme afirmado na notícia, de 1998 para 2002, o número de homicídios em Goiás triplicou e isso refletiu diretamente na insegurança e no medo da população, colocando a segurança pública como uma das questões mais preocupantes no Estado.

Pelo fato do jornal *O Popular* publicar uma pesquisa com dados como esse, que demonstram o quanto a população sofria, neste período, com as questões da violência, era de se prever que os assuntos relativos à questão da segurança pública e da violência seriam abordados neste jornal.

Contudo, na prática, no mês em que foi criado o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens, não saiu nada publicado especificamente sobre o

seu lançamento. Nesse período foram registrados somente quatro casos isolados de violência policial contra jovens.

Isso vem de encontro ao depoimento dos membros do comitê, que afirmaram que eles divulgaram os casos de violência policial contra jovens, como também o lançamento do comitê; contudo, pouco foi publicado nos veículos de comunicação nessa época.

Uma das poucas matérias que relatam os casos de violência policial, publicada no *O Popular* no dia 14 de abril, com o título “Acusados de assalto mortos pela Rotam”, relata:

Dois acusados de assalto à residência foram mortos por policiais da Rotam durante troca de tiros, de acordo com a versão da PM. O confronto ocorreu por volta das 21 horas de quarta-feira, no Jardim Atlântico, Região Sudoeste de Goiânia...

Uma hora antes do confronto, os quatro suspeitos tomaram um Passat de Pablo Souza Sales, no Jardim Europa. A vítima foi levada pra um matagal no parque macambira, onde ficou amarrada com tiras e amordaçada com uma meia. Pablo conseguiu livrar-se da mordaça e começou a gritar por socorro. Moradores vizinhos escutaram e chamaram a polícia. Em pouco tempo todos os carros policiais que circulavam pela região foram informados sobre a placa e as características do carro roubado. O tenente Freitas, do 7º Batalhão, fazia patrulhamento no Jardim Atlântico, quando viu o Passat estacionado. A equipe entrou na casa, mas houve resistência dos bandidos... (O Popular, Cidades, p.5, 14/04/2006).

Nesse trecho, podemos perceber que o enfoque é feito no fato de que os policiais acabaram cometendo o assassinato dos assaltantes, que não tem idade nem nomes citados, porque os dois reagiram à abordagem policial. A história é contada enfatizando a forma como os assaltantes roubaram o carro de Pablo Souza Sales, amarrando-o e amordaçando-o.

Fica claro o foco da matéria, que coloca os “bandidos” como culpados e os policiais como cumpridores de seus deveres. O fato de que os policiais

assassinaram os bandidos acaba sendo justificado, o que infringe o direito básico de todo ser humano, que é o direito à vida, em primeiro lugar.

O termo utilizado para definir os acusados de assalto também é taxativo: “bandidos”. Quando os policiais cometem crimes, esse tipo de termo não é citado para defini-los, conforme veremos nas próximas matérias.

Também é interessante verificar que a fonte citada na notícia é a Polícia Militar de Goiás. Não foram entrevistados os familiares dos dois assaltantes assassinados e nem a vítima do assalto, Pablo Souza Sales.

Logo, conforme podemos verificar, o enquadramento desta notícia é feito com enfoque nos dados fornecidos pela polícia, que acaba divulgando apenas a sua versão.

Outra matéria publicada pelo *O Popular*, no dia 18 de abril, com o título “Carros da Rotam começam a ser rastreados” relata:

Até meados de maio, 32 veículos de grupamentos de elite da Polícia Militar de Goiás estarão dotadas de GPS, um sistema de radionavegação baseado em satélite. O pedido de instalação do sistema foi feito no início de fevereiro pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público (MP) Estadual e pelo Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, diante dos casos de desaparecimentos e execuções de pessoas após abordagens por policiais militares.

O assunto foi discutido no dia 2 de fevereiro deste ano durante audiência pública realizada na Assembléia Legislativa por iniciativa do deputado Mauro Rubem (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, com a presença de familiares de várias pessoas desaparecidas.

Comandante do Policiamento da Capital, o coronel Richard Félix Romanowski, explicou ontem ao POPULAR que cinco carros da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) já se encontram circulando equipados com GPS e os demais aguardam a chegada de cabos ainda esta semana para que os equipamentos sejam programados. “Estamos aguardando a viabilidade técnica”...

O coordenador do CAO de Controle Externo da Atividade Policial do MP, Carlos Alberto Fonseca, quer mais. O promotor disse que enfrenta resistência para que os veículos do Grupamento de Policiamento Tático (GPT) também recebam GPS. “Queremos acabar com o jogo de empurra. O MP não abre mão de que o GPT também tenha GPS”, afirma...

“...Foi o que ocorreu no desaparecimento do estudante Murilo Soares Rodrigues e do servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, em abril de 2005”, lembra o promotor. Por falta de materialidade e de autoria do crime, policiais militares foram absolvidos, mas, de acordo com o promotor, não ficou definido se a abordagem foi feita pelo GPT ou pela Rotam. O promotor investiga 14 casos de desaparecimento forçados de 2000 até agora, 6 deles ocorridos em 2005...“O canal é aberto. Estaremos sempre à disposição. Nossa convivência com o MP é salutar”, afirma o coronel Romanowski. Carlos Alberto Fonseca concorda, “até porque”, explica, “meu CAO não tem gente suficiente para executar esse serviço”. (O Popular, Cidades, p.10, 18/04/2006).

Nessa matéria, o *Popular* foi mais imparcial, já que entrevistou duas fontes: o comandante do policiamento da capital, coronel Richard Félix Romanowski e Coordenador do CAO de Controle Externo da Atividade Policial do MP, Carlos Alberto Fonseca. Contudo, não são citadas como fonte as famílias das vítimas da violência policial.

A notícia apontou claramente que há casos de violência policial, abordando especificamente o fato de que foi criado um sistema para monitorar as viaturas através da instalação de GPS, solicitado pelo Ministério Público Estadual.

É interessante verificar que o jornal dá direito de resposta aos policiais militares. Na matéria, o coronel Romanowski coloca-se totalmente à disposição para ajudar a resolver a questão da violência policial. Isso pode ser percebido em sua fala: “O canal é aberto. Estaremos sempre à disposição. Nossa convivência com o MP é salutar”.

A notícia é encerrada com a fala de defesa da polícia, que induz o leitor a pensar que a polícia militar está pronta para colaborar com a decisão do Ministério Público e com a verificação dos casos de violência policial.

Entretanto, no decorrer da matéria, o promotor relata que “...enfrenta resistência para que os veículos do Grupamento de Policiamento Tático (GPT)

também recebam GPS. Queremos acabar com o jogo de empurra. O MP não abre mão de que o GPT também tenha GPS...”

Com essas falas, podemos perceber que notícia teve um posicionamento mais imparcial sobre a questão da violência policial; no entanto, ao final, ela enfatizou o interesse da polícia militar para resolver o problema, o que dá mais crédito à mesma, mesmo diante das críticas.

No dia 10 de maio, mais uma reportagem sobre violência policial: “Rapaz denuncia agressão de militar”:

Dois militares lotados no 13º batalhão da Polícia Militar (BPM) cujos nomes ainda não foram divulgados, são acusados de espancar o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho, de 27 anos, e um amigo dele, identificado apenas como Júnior, na madrugada do dia 21 de março...

De acordo com Eujak, os militares pediram que os dois apresentassem os documentos pessoais, mas ele estava somente com os documentos do filho de 5 anos. “Foi quando os policiais me pediram 50 reais para nos libertar. Eu disse que não tinha dinheiro e muito menos a obrigação de dar dinheiro para eles” contou. Foi a partir desse momento, conforme o técnico em eletrônica, que ele e o amigo foram espancados pelos dois militares.

Eujak contou que foi atingido por um golpe de cassetete no braço esquerdo, um golpe de coronha no tórax e outro de cassetete no maxilar inferior e que sofreu fratura exposta. “Nenhum dos militares tinha identificação. Ao verem o osso exposto, entraram no carro e saíram do local” disse. O amigo de Eujak não foi mais visto no setor.

A denúncia foi registrada por uma tia da vítima, no 2º Centro Integrado de Operações de Segurança (Cips) de Aparecida de Goiânia, na Vila Brasília. O caso deve ser investigado pela gerência de correições e disciplina da Polícia Militar, conforme informou ontem o comandante do 13º Batalhão da PM, tenente-coronel Carlos Cezar Acário. Ele ficou sabendo sobre a denúncia somente ontem...” (O Popular, Cidades, 10/05/2006)

Nessa matéria, *O Popular* publica a versão da vítima com todos os detalhes, entrevistando-a e dando destaque para a agressão policial. As fontes para a produção da notícia foram o boletim de ocorrência do 2º Centro Integrado de Operações de Segurança (Cips) de Aparecida de Goiânia, na Vila Brasília e Eujak Moreira Filho, vítima.

O tenente-coronel Carlos Cezar Macário foi procurado para falar sobre seu posicionamento diante do crime, mas alegou que ficou sabendo do caso somente no dia anterior.

Essa foi uma matéria mais imparcial, já que as diferentes fontes foram citadas. Não há uma defesa tão veemente da polícia militar e há detalhes de como a tortura contra a vítima aconteceu.

Contudo, no dia 11 de maio, um dia após ter sido publicada a notícia acima, saiu uma outra nota sobre o caso, com o título: “Inquérito apura denúncia de agressão por PMs”:

A Gerência de Correições e Disciplina da Polícia Militar instaurou ontem Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a denúncia de lesões corporais graves cometidas contra o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho, de 27 anos, por dois militares que trabalhavam no veículo RP- 3332, do 13º Batalha da Polícia Militar (BPM) ...

O MP recomendou à Gerência de Correições e Disciplina da PM que o oficial que vai presidir o IPM seja lotado em outra unidade, alheia ao 13º BMP. Ontem o promotor Carlos Alberto Fonseca, do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público, confirmou que o inquérito é necessário porque o técnico em eletrônica foi vítima de lesões corporais graves.

A família da vítima deverá apresentar o exame de corpo de delito para ser juntado ao IPM. A Gerência de Correições terá 40 dias para concluir o inquérito. “Eujak Moreira Filho teve fratura exposta de maxilar ao ser espancado pelos dois militares no Bairro Capuava.” (O Popular, Cidades, p.6, 10/05/2006).

Nessa versão, a Gerência de Correições e Disciplina da Polícia Militar já afirma que tomará as devidas providências para apurar a denúncia de lesões corporais graves cometidas contra o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho. A matéria foi publicada demonstrando o interesse da Polícia Militar em resolver esse caso e punir os culpados.

No último parágrafo são lembradas as várias violências sofridas pela vítima, o que dá mais imparcialidade para a notícia; contudo, seu enfoque principal está no fato de que esses crimes serão apurados pela Polícia Militar.

A nosso ver, essa matéria, construída um dia após ter sido inicialmente divulgado o caso de violência policial, foi um espaço para dar o direito de defesa para a Polícia Militar, demonstrando sua disponibilidade em apurar o crime.

Mais uma vez, é dado o espaço de defesa para a polícia, sem que haja muito espaço para as famílias das vítimas da violência policial. O Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial também não é citado como fonte em nenhuma destas matérias.

Conforme podemos perceber, foram poucas (somente quatro) as notícias que abordaram a questão da violência policial contra jovens no período pesquisado. Sabemos da importância do papel da mídia na formação de opiniões e no debate público. Por isso consideremos que seria importante a apresentação dos casos de violência policial de forma imparcial, já que o tema é algo que atinge e aflige diretamente a população. O que verificamos, na verdade, foi uma apresentação dos fatos sempre com direito de resposta e defesa da polícia, sendo que nem sempre foram ouvidas as vítimas ou suas famílias.

Conforme afirma Lima (2006, p.17), a teoria do enquadramento é o instrumento que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido.

Em nossa análise específica, percebemos, até agora, que o principal enquadramento que *O Popular* deu na publicação das notícias sobre a violência

policial contra jovens foi o direito de defesa da polícia. Assim, mesmo que a polícia tenha errado cometendo crimes, estes seriam apurados com todo rigor, demonstrando sua boa vontade para resolver o problema.

#### 4.2 “77 PMS INVESTIGADOS POR MORTES”

Decidimos analisar a matéria “77 PMS investigados por mortes”, publicada no dia 06 de março de 2006 (fora do período escolhido para fazer esta pesquisa), porque ela traz um balanço dos casos envolvendo violência policial contra jovens, com uma abordagem que, a nosso ver, evidencia parte da postura do Jornal O Popular relativa a esta temática.

Começaremos expondo alguns trechos da matéria:

Do início de janeiro ao dia 23 de fevereiro, a 1ª Vara Criminal de Goiânia recebeu 26 Inquéritos Policiais Militares (IPMs), nos quais 77 militares goianos foram apontados como autores de 32 homicídios na capital. Até o final do ano passado, segundo o juiz Jesseir de Alcântara, a 1ª Vara Criminal recebia no máximo, dois IPMs por mês... o juiz Jesseir Coelho de Alcântara ressalta que nunca houve tanta eficiência na investigação de crimes cometidos por militares em Goiás. “Ou estão apurando com maior rigor esses delitos ou policiais militares estão matando mais. Acredito na primeira hipótese”... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

No início da matéria, é apontado o fato de que existem várias denúncias contra policiais militares e que elas aumentaram com o decorrer do tempo. Isso evidencia os casos de violência policial e coloca em pauta essa questão. Contudo, logo em seguida, é afirmado que esses casos estão sendo investigados com eficiência pela PM, o que, a nosso ver, já é uma forma dar um espaço de defesa para a Polícia Militar de Goiás. A notícia continua:

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1ª Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com



policiais durante a ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Nessa parte, a fonte (juiz da 1º Vara Criminal) afirma que os assassinatos cometidos por policiais tinham como vítimas, na maioria dos casos, pessoas que tinham passagem pela polícia. Da forma como está colocado, esse dado minimiza o fato de que os homicídios estavam acontecendo. É interessante verificar também a linguagem utilizada pelo jornal. Em nenhum momento foi afirmado que os policiais que assassinaram essas pessoas são "bandidos", pois esses são termos mais fortes e de maior impacto, utilizados, inclusive, para definir as algumas das vítimas desta violência.

A matéria continua ilustrando casos de homicídios cometidos por policiais, ressaltando que essas pessoas que estiveram em confronto com a polícia já haviam cometido crimes:

É o caso, por exemplo, do IPM que indiciou 11 militares do Grupo de Patrulhamento tático (GPT) de Aparecida de Goiânia pela morte de Ronaldo Rodrigues dos Santos, de 21 anos, Vanderlan Pereira Gomes, 23, e de Reinando Fernandes Montavão, ocorrido no dia 14 de fevereiro do ano passado, no Parque Primavera, em Aparecida de Goiânia. O caso será julgado pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Aparecida de Goiânia, Silvio José Rabuske.

Os três homens haviam feito cinco reféns - três mulheres e dois homens - durante um assalto ao Frigorífico Frioserve. Durante a ação do bando e o cerco da PM, os três assaltantes espancaram os reféns. Na tentativa de fuga, os ladrões trocaram tiros com os policiais e foram mortos. Nenhum dos reféns foi ferido durante o tiroteio.

Outra pessoa que morreu, segundo as investigações da polícia, durante tentativa de fuga, foi Sidomar Rodrigues da Costa, 27, que, com auxílio de dois comparsas, havia assaltado um supermercado em Palmeiras de Goiás, a 98 quilômetros de Goiânia. Sidomar foi perseguido até o Setor Recanto do Bosque, Região Norte da capital, onde eles e os parceiros trocaram tiros com a polícia. Sidomar morreu e os demais foram presos. Três militares foram indiciados pela morte do assaltante... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Nos dois exemplos citados na notícia, as vítimas são pessoas que tiveram confronto com a polícia, reagiram às suas abordagens e acabaram sendo mortas. A notícia dá detalhes sobre os atos violentos cometidos pelas vítimas, sem dar

muitas informações sobre como os policiais assassinaram as mesmas. A nosso ver, essa forma de relatar os fatos justifica, de maneira implícita, a ação da polícia.

A matéria também ilustra dois casos de execuções cometidos por policiais, sem dar muitos detalhes. Em um desses casos, a vítima, David de Moraes, 16, segundo a versão da PM, era autor de seis homicídios e acabou sendo assassinado por policiais. No outro caso, a vítima foi o travesti Antônio Carlos Pereira Xavier, que foi executado pelo soldado Antônio Luiz Gouveia com um tiro na cabeça. Esses casos são relatados de forma rápida e superficial, sem dar muitos detalhes da ação da polícia. Mais uma vez também é ressaltado que uma das vítimas, David de Moraes, de 16 anos, era “bandido” por ser autor de seis homicídios.

Para concluir a notícia, é dado destaque para a ação da PM em dar agilidade aos processos:

Desde que assumiu a Gerência de Correições da PM em junho do ano passado, o tenente-coronel José da Rocha Cuêlho e sua equipe, formada integralmente por oficiais com formação superior em Direito, trabalham para colocar em dia a remessa de procedimentos para o Judiciário ou para a administração da corporação. “Empreendemos um ritmo ágil. Os casos que estavam parados por falta de pessoal já estão sendo investigados. Estamos colocando todos os procedimentos em dia”, explicou.

Todos os crimes cometidos por militares são investigados pela Gerência de Correições com base no Código Penal Militar, por meio de Inquérito Policial Militar ou de sindicâncias. Nos dois casos, os procedimentos são encaminhados para a Auditoria Militar, que julga todos os casos, exceto os de crime contra a vida, que são distribuídos às varas criminais das comarcas onde ocorreram. “Não temos mais nenhum caso arquivado”, completa.

Esse perfil da PM vem se consolidando desde que a Gerência de Correições indiciou oito militares pelo desaparecimento do estudante Murilo Soares Rodrigues, 12, e do servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, 21, ocorrido no dia 22 de abril do ano passado, na Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia. Apesar da absolvição dos militares por falta de materialidade e de autoria do crime, o tenente-coronel José da Rocha Cuêlho acredita que a PM cumpriu com a sua obrigação investigando o crime e apontando os culpados... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Nessa parte, percebemos que a versão divulgada e o enfoque da matéria foram direcionados pela Gerência de Correições da PM. Mesmo denunciando os casos de violência policial, o destaque dado é que a Polícia Militar estaria se esforçando para resolver os casos e dar agilidade aos processos.

Não há entrevistas com familiares das vítimas, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiânia ou com o Ministério Público do Estado, o que deixaria a notícia menos parcial.

Além disso, a história dá bastante enfoque no fato de que a maioria das vítimas dos homicídios cometidos por policiais tinha passagem pela polícia, aliviando, assim, o fato de que as mortes foram cometidas pelos policiais militares.

Portanto, nesta matéria, o enquadramento mais uma vez foi feito no direito de defesa da polícia diante dos casos de violência policial. Além disso, as vítimas desta violência policial, segundo citado, seriam, em sua maioria, pessoas que já tiveram passagem pela polícia, o que, a nosso ver, é mais uma forma de defesa dos policiais militares.

#### 4.3 ENTREVISTA COM SILVANA BITTENCOURT, EDITORA DE CIDADES DO O POPULAR NO ANO DE 2006

Com o objetivo de buscar mais informações sobre como o jornal *O Popular* divulgou os casos de violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, fizemos uma entrevista com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades*, no ano de 2006.

As edições do caderno *Cidades* nesse período publicaram os quatro casos que abordaram a temática da violência policial contra jovens. Segue abaixo a entrevista na íntegra, que foi feita via correio eletrônico (e-mail):

1) Como foi a cobertura do jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens em Goiânia nos meses de abril e maio de 2006?

“Tentamos acompanhar sempre os casos de violência e quando eles ocorrem contra jovens normalmente chamam mais atenção e por isso têm ampla cobertura”.

2) Você conhece o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*?

“Sim. O jornal acompanhou a fase que antecedeu sua criação, os diversos casos suspeitos de violência policial, os dramas familiares e, finalmente, a fundação da entidade e suas principais manifestações”.

3) Qual é a sua opinião sobre o comitê?

“Acredito que ele é uma importante forma de união e defesa das famílias de vítimas, que normalmente sofrem pressões, ameaças e têm poucas chances de conquistar seus direitos”.

4) Como foi a cobertura do jornal sobre o lançamento do comitê, que aconteceu no dia 28 abril de 2006 , na Assembléia Legislativa de Goiás?

“Acompanhamos o lançamento e divulgamos no jornal. Como falei anteriormente, o tema chegou a provocar reportagens especiais sobre o assunto”.

5) Se houve cobertura do jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens nesse período, quais eram as principais fontes de informação para a construção das notícias? (boletins de ocorrência, entrevistas com policiais, entrevistas com familiares de jovens vítimas da violência etc.)

“Familiares de vítimas, com o direito da polícia se manifestar e sempre responder as acusações feitas”.

Conforme podemos verificar na entrevista, Silvana afirmou que acompanhou os casos de violência policial contra jovens e que o jornal fez uma ampla cobertura dos mesmos, por chamarem a atenção do público. Contudo, essas afirmações contradizem os dados desta pesquisa, já que, no mês do lançamento do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, foram publicadas apenas quatro matérias enfocando esta temática.

Quando perguntada sobre como foi a cobertura do jornal *O Popular* sobre o lançamento do Comitê, que aconteceu no dia 28 abril de 2006, na Assembléia Legislativa de Goiás, Silvana respondeu: “Acompanhamos o lançamento e divulgamos no jornal. Como falei anteriormente, o tema chegou a provocar reportagens especiais sobre o assunto”.

Contudo, nossa pesquisa não encontrou nenhuma matéria nesse período citando a criação do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial. Nas quatro notícias publicadas, o comitê não foi citado e nem foi procurado como fonte de informações.

Ainda perguntada sobre as fontes para as notícias de violência policial contra jovens, ela afirmou: “Familiares de vítimas, com o direito da polícia se manifestar e sempre responder as acusações feitas”.

Conforme verificamos na análise das matérias publicadas neste período, em todas elas existiu o direito da polícia se manifestar e responder às acusações. Contudo, as famílias, na maioria dos casos, não foram procuradas para dar seus depoimentos.

Também é interessante lembrar que ela considera que o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial “...é uma importante forma de união e defesa das famílias de vítimas, que normalmente sofrem pressões, ameaças e têm poucas chances de conquistar seus direitos”. No entanto, mesmo admitindo a importância desse comitê, o jornal não publicou nada sobre o seu lançamento e não o procurou como fonte para a construção das notícias.

Como vimos, a jornalista afirmou que *O Popular* dá transparência às notícias publicadas sobre os casos de violência policial contra jovens já que ele procuraria todas as possíveis fontes (familiares e polícia) para a construção destas matérias. Contudo, na prática, durante a análise das notícias publicadas sobre a temática da violência policial contra jovens, percebemos nitidamente que isto não aconteceu, o que contradiz grande parte do seu discurso.

Na fala da jornalista tudo parece ocorrer com equidade e o jornal parece dar importância ao tema da violência policial contra jovens, publicando, supostamente, as notícias com imparcialidade. Contudo, ao confrontar seu discurso com a análise das matérias publicadas pelo *O Popular* no período desta pesquisa, percebemos nitidamente que o enfoque do jornal é o do direito de defesa da polícia, sem dar destaque ou espaço de resposta para as famílias das vítimas da violência policial.

#### 4.4 Entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*

Para trazer mais elementos de análise para esta pesquisa, fizemos uma entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*. Divino é pai de Rodrigo Dias Barco, que aos 19 anos foi assassinado por policiais militares, em Goiânia, Goiás.

Perguntado sobre como era a relação do jornal *O Popular* com o comitê na época de seu lançamento, ele afirmou que esta relação era praticamente inexistente. Também disse, ainda, que o jornal utilizava sempre a polícia como fonte de informação, sendo que os familiares eram poucas vezes ou quase nunca procurados para dar sua versão dos fatos. Segundo ele:

A relação praticamente não existia. O Comitê não era reconhecido ainda e o Jornal *O Popular* não tinha interesse em fazer cobertura dos casos de violência policial porque o objetivo dele era acobertar os feitos da polícia, dando continuidade pelo corporativismo por ele praticado. Os jornalistas só tinham ouvidos para a polícia. Eu tentei procurar o jornal para ter o direito de resposta de acordo com a notícia que eles soltaram, eles enrolaram e não me deram direito de resposta.

Divino também afirmou que o Jornal *O Popular* transformou seu filho em bandido para justificar a ação da polícia.

O que eles fizeram foi transformar meu filho em bandido. No caso do meu filho, ele nunca teve passagem pela polícia, nunca foi a uma delegacia nem para prestar depoimento. Ele trabalhava, ganhava bem, 900 R\$, um salário bom para uma pessoa nova. Nas notícias publicadas, ele foi colocado como se fosse bandido, como se ele tivesse trocado tiros com a polícia. O próprio laudo cadavérico desmente a versão dos policiais. Eles disseram que o meu filho lutou e o laudo disse que ele não tinha nenhuma lesão nos braços e nas pernas que indicasse luta. Meu filho foi executado de joelho. O exame cadavérico releva que no primeiro tiro ele foi eliminado. Eles deram seis tiros e tudo bem caracterizado, de cima para baixo. A pessoa não precisa ser um especialista para saber que se o tiro vem de cima para baixo, o executor dos disparos estava em cima de uma casa ou o menino está de joelhos. Então como poderia ter havido luta corporal? Isso não existe.

Lembrando que, conforme verificamos na análise das matérias publicadas no período do lançamento do comitê, foi afirmado que na maioria dos casos em que os jovens foram assassinados por policiais houve confronto com a polícia. Como ilustra a notícia publicada no dia no dia 06 de março de 2006:

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1º Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com policiais durante a ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Isso contradiz o depoimento de Divino, que afirmou que seu filho nunca teve passagem pela polícia. Por isso deduzimos que o jornal utilizou a polícia como fonte das informações, sem confrontá-las com os depoimentos dos familiares, atitude essa que daria uma visão mais alargada do assunto, o que diminuiria a parcimônia.

Divino ainda reafirmou, durante a entrevista, que a única fonte de informações do jornal *O Popular* foi a polícia:

O jornal *O Popular* sempre coloca a versão da polícia. Era só com o fato consumado no local. Dificilmente procuravam os pais das vítimas para contrastar as duas versões, soltando assim, a versão que eles concluíam de forma irresponsável e agonizante para os familiares...

Para concluir, ele ainda faz um pedido:

Eu gostaria que esses jornais ouvissem os dois lados, que existisse justiça. O Jornal *O Popular* está começando a cair porque está faltando a verdade. Na cobertura da violência, eles só amparam a classe mais forte e a classe mais fraca fica desfavorecida. O jornal, além de ter um preço exorbitante, não ampara os desfavorecidos. Eles dão sustentação à elite que eles carregam...

Diante deste depoimento e da análise das notícias publicadas pelo Jornal *O Popular* de 15 de abril a 15 de maio de 2006, percebemos que o depoimento de



Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades* do jornal *O Popular*, em algumas partes, contradiz com o que de fato aconteceu naquele período.

Isto porque, na maioria dos casos, as famílias e o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* não foram procuradas para dar sua versão sobre os fatos.

Lembrando que o depoimento de Divino reforça a idéia de que os casos publicados pelo jornal, onde as vítimas são colocadas, muitas vezes, como bandidos, seguindo a versão da polícia, não condizem com o depoimento dos pais, que afirmam que seus filhos não tinham passagem pela polícia.

## 5 CONCLUSÃO

Diante da análise dos casos de violência policial contra jovens publicados no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, pudemos perceber que o enquadramento feito é o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais. Esse enquadramento teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*.

Confrontando essa realidade com os depoimentos apresentados pelos familiares das vítimas da violência policial, percebemos que o enfoque das matérias é tendencioso no sentido de justificar as atitudes da polícia, que estaria sempre disposta a investigar e colaborar para que o problema se resolva.

Conforme a citação da publicação *A Nova Democracia* (A Nova Democracia, 2007, n°33), em Goiás, policiais militares cometeram homicídios contra pessoas que, em grande parte, não tinham passagem pela polícia:

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia. (A Nova Democracia, 2007, n°33)

Esses dados e os depoimentos dos familiares contradizem a versão publicada pelo jornal *O Popular*, que afirma que a maioria das vítimas da violência policial já teve passagem pela polícia.

Portanto, percebemos que o enquadramento dado pelo Jornal está no direito de defesa da polícia, que sempre divulga somente a sua versão dos fatos.

Esses dados também contradizem depoimentos de pesquisadores como Pinheiro (ILANUD, s.d., p.124) que afirma que os policiais, trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas, maus-tratos etc.

No documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990 foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. Nesse período foram assassinados 4.661 jovens com até 17 anos. (ILANUD, s.d., p.124)

O documento também aponta que os policiais militares são grandes responsáveis por homicídios de jovens.

Os responsáveis por esses homicídios são, na sua maioria, policiais militares, que estejam em serviço ou não. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, de 1997, constatou que os policiais acusados de crimes eram apoiados em diversas frentes. A começar pelas investigações policiais deficientes e pela maneira indulgente com que eles eram tratados pela Justiça Militar. A Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo disponibilizou o perfil das vítimas de homicídio policial no ano de 2000, de acordo com a faixa etária. Novamente constata-se que a população jovem é a mais vitimizada, representando 66,35% das vítimas dos policiais. (ILANUD, s.d., p.124)

O material ainda aponta uma pesquisa que demonstra que, de acordo com as características descritas nos processos de crimes contra adolescentes e jovens, fica claro que eles foram executados.

A paquistanesa Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais, esteve em missão no Brasil e revelou que ao ler os textos dos processos os crimes ficam evidentes. Muitas vítimas levaram tiros nas costas, disparados à curta distância – circunstância que sugere claramente uma execução. Ao entrevistar internos de centros de detenção juvenil, ela soube que 75% deles já

havam testemunhado execuções de colegas feitas pela polícia. (ILANUD, s.d., p.125)

Assim, o relato conclui:

Ou seja, a ação policial excede claramente os limites legais, manifestando-se como claro abuso de poder. A falta de interesse em puni-los faz com que esse excesso não tenha maiores conseqüências. Os inquéritos são mal instruídos, freqüentemente arquivados e, quando levados em frente, os policiais acabam absolvidos. A falta de acesso à Justiça e a leniência com que os crimes são julgados contribuem para quadro de impunidade e a falta de perspectiva de mudança. (ILANUD, s.d., p.125)

Essa realidade de abuso de poder exercido pela polícia deveria ser relatada na íntegra pelos meios de comunicação, colocando, pelo menos, as duas versões dos fatos, a das famílias e vítimas da violência policial e a da polícia. Contudo, conforme percebemos nessa pesquisa, o enquadramento dado foi apenas para a versão da polícia.

Sabendo da importância e o poder dos meios de comunicação, especificamente do jornal *O Popular*, que é o veículo de comunicação impressa com maior tiragem do estado de Goiás, é imprescindível que o mesmo busque maior imparcialidade e veracidade, citando elementos de todas as possíveis fontes em suas matérias.

Mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. Por isso, conforme já afirmamos nesse trabalho, a importância de saber se posicionar diante das informações divulgadas pelos veículos de comunicação, ultrapassando os casos de manipulação, a falta de crítica e a homogeneização do conteúdo transmitido.

Não podemos generalizar a afirmação de que o todo o conteúdo publicado pelo *O Popular* sobre os casos de violência policial é tendencioso, visto que nosso foco de pesquisa foi delimitado em um pequeno período, de 15 de abril a 15 de

maio de 2006. Para afirmações mais contundentes, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, com um período de análise maior.

Aqui abrimos a questão para que, no futuro, outras pesquisas sejam realizadas no sentido de identificar a análise dos veículos de comunicação, no caso específico, do jornal *O Popular*, na cobertura dos casos de violência policial contra jovens, questão essa que vem se demonstrando ser uma grande preocupação da juventude e da sociedade.

Também seria interessante confrontar as notícias publicadas pelo jornal *O Popular* com o *Diário da Manhã*, segundo maior veículo de comunicação impressa do Estado, para verificar as incoerências e fazer uma análise dos diferentes ângulos de abordagem sobre os casos de violência policial contra jovens.

Deixamos essa provocação para futuros pesquisadores continuarem essa caminhada, que deu um primeiro passo para a análise de um tema de grande importância para a sociedade e, de modo especial, para a juventude, carente de políticas públicas e de uma atenção maior por parte dos governantes, dos meios de comunicação, das várias instituições e da sociedade.

## REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar. FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: Referências Conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Org). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2005.

ALPIZAR, Lydia; BERNAL, Marina. *Construção Social da Juventude*. In Jovens Feministas de São Paulo – União de Mulheres de São Paulo – REDLAC (Org.), 2002.

A NOVA DEMOCRACIA, ano V, n° 33, fev.2007. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/33/19.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2007.

BONFIM, Willian. *O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. 174 p.

CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). *Cadernos Adenauer II, nº6, As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião*. O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

CIDADANIA, INSTITUTO. *Projeto Juventude*. Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, 2004.

COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL. Quando a dor vira resistência. Disponível em <<http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1021>> Acesso em: 14 de setembro de 2007.

FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/Cap\\_06.pdf](http://www.unicef.org/brazil/Cap_06.pdf)>. Acesso em: 13 de agosto de 2007.

JUVENTUDE, Assessoria Especial. *Retratos da Juventude Goiana*. Goiânia: s.n., 2001.

LIMA, Venício. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MESQUITA NETO, Paulo. *Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle*. In: PANDOLFI...[et al] (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.130-148

\_\_\_\_\_. A violência em ações policiais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 abr. 2004, Tendência e Debates.

PAIM, Eugênia. *Imagens da Juventude*. In: HENRIQUES, Ricardo; NOVAES, Regina; PORTO, Marta (Org.). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Rio de Janeiro, 2002.

PERES, Maria; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia. *Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil: 1980-2008*. São Paulo: NEV/USP, 2006.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROURE, Glacy. *Vidas Silenciadas: a violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

SOUZA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo. Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

## ANEXOS:

ANEXO A - Entrevista com Divino Rodrigues Barco<sup>4</sup>, membro do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial.

1) Nos meses de abril e maio de 2006, época do lançamento do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, como era a relação do Comitê com o Jornal O Popular?

A relação praticamente não existia. O Comitê não era reconhecido ainda e o Jornal O Popular não tinha interesse em fazer cobertura dos casos de violência policial porque o objetivo dele era acobertar os feitos da polícia, dando continuidade pelo corporativismo por ele praticado. Os jornalistas só tinham ouvidos para a polícia. Eu tentei procurar o jornal para ter o direito de resposta de acordo com a notícia que eles soltaram, eles enrolaram e não me deram direito de resposta. E o mesmo aconteceu com o Diário da Manhã, que chegou a fazer entrevista comigo e não soltou a minha versão. Isso deixa a gente muito frustrado. O que eles fizeram foi transformar meu filho em bandido. No meu caso meu filho, ele nunca teve passagem pela polícia, nunca foi numa delegacia nem para prestar depoimento. Ele trabalhava, ganhava bem, 900 R\$, um salário bom para uma pessoa nova. Nas notícias publicadas, ele foi colocado como se fosse bandido, como se ele tivesse trocado tiros com a polícia. O próprio laudo cadavérico desmente a versão dos policiais. Eles disseram que o meu filho lutou e o laudo disse que ele não tinha nenhuma lesão nos braços e nas pernas que indicasse luta. Meu filho foi executado de joelho. No exame cadavérico releva que no primeiro tiro ele foi eliminado. Eles deram seis tiros e tudo bem caracterizado, de cima para baixo. A pessoa não precisa ser um especialista para saber que o tiro de cima para baixo, o executor dos disparos estava em cima de uma casa ou o

---

<sup>4</sup> Divino é pai de Rodrigo Dias Barco, 19 anos, assassinado por policiais militares, em Goiânia, Goiás.



menino esta de joelhos. Então como poderia ter havido luta corporal? Isso não existe.

2) Nessa época, o Comitê enviava notícias e informações para serem publicadas no Jornal O Popular?

Não lembro se isso acontecia. Isso ficava a cargo do pessoal dos direitos humanos da Assembléia Legislativa. Mas acho que eles tentavam enviar as informações para o jornal.

3) Essas notícias e informações eram publicadas? De que forma?

Essas notícias só saíam em alguns jornais quando a gente fazia manifestação nos locais onde aconteciam os crimes ou na praça do bandeirante. No que saía, as testemunhas eram os próprios policiais. Saía sempre a versão da polícia. As únicas testemunhas que nós tínhamos foram caladas pela polícia. No caso do meu filho, o porteiro do prédio e um senhor vizinho mudaram sua versão depois que a polícia os abordaram. Eu tive notícia de que eles tiraram o porteiro do local do serviço três vezes e depois o deixaram no local novamente. Com certeza, a polícia o ameaçou caso ele contasse a verdade.

4) Se houve cobertura do Jornal o Popular sobre os casos de violência policial contra jovens nesse período, os familiares das vítimas eram procurados/as para prestar depoimento?

Difícilmente.

5) Como esses relatos eram publicados pelo O Popular?

O Jornal O Popular sempre coloca a versão da polícia. Era só com o fato consumado no local. Difícilmente procuravam os pais das vítimas para contrastar

as duas versões, soltando assim, a versão que eles concluíam de forma irresponsável e agonizante para os familiares. A única revista que deu uma cobertura que mais nos satisfez foi a *Revista Hoje*. Essa revista buscou as informações durante uma reunião que tivemos no Ministério Público. Foi a única publicação que não nos decepcionou, que soltou a notícia de acordo com a nossa versão. O Chumbo Grosso chegou a ir à minha casa gravar, mas não soltou a matéria, porque eles são a favor da polícia. Inclusive estou pensando em entrar na justiça contra eles solicitando a publicação da matéria e solicitar também a gravação.

Outro comentário:

Eu gostaria que esses jornais ouvissem os dois lados, que existisse justiça. O Jornal O Popular está começando a cair porque está faltando a verdade. Na cobertura da violência, eles só amparam a classe mais forte e a classe mais fraca fica desfavorecida. O jornal, além de ter um preço exorbitante, não ampara os desfavorecidos. Eles dão sustentação à elite que eles carregam. Inclusive devido à sua decadência, eles estão criando jornais paralelos, como novos subsídios para a sustentação da sua elite.

ANEXO B – Matéria publicada no Jornal O Popular, 11/05/2006, Editoria: Cidades.

### **Inquérito apura denúncia de agressão por PMs**

Rosana Melo

A Gerência de Correições e Disciplina da Polícia Militar instaurou ontem Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a denúncia de lesões corporais graves cometidas contra o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho, de 27 anos, por dois militares que trabalhavam no veículo RP-3332, do 13º Batalhão da Polícia Militar (BPM). De acordo com informações do Comando de Policiamento da Capital, em resposta ao Ministério Público (MP) estadual, por meio do ofício 475/2006 - SAD/CPC, os dois militares que trabalharam naquele veículo na madrugada do dia 2 de abril foram os soldados Oséias Xavier da Costa e André Alves de Almeida Neto.

O MP recomendou à Gerência de Correições e Disciplina da PM que o oficial que vai presidir o IPM seja lotado em outra unidade, alheia ao 13º BPM. Ontem o promotor Carlos Alberto Fonseca, do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público, confirmou que o inquérito é necessário porque o técnico em eletrônica foi vítima de lesões corporais graves.

A família da vítima deverá apresentar o exame de corpo de delito, para ser juntado ao IPM. A Gerência de Correições terá 40 dias para concluir o inquérito. Eujak Moreira Filho teve fratura exposta de maxilar ao ser espancado pelos dois militares, no Bairro Capuava.

ANEXO C – Matéria publicada no Jornal O Popular, 18/04/2006, Editoria: Cidades.

### **Carros da Rotam começam a ser rastreados**

Malu Longo

Cinco veículos já estão circulando com GPS e até maio 32 passarão a ser monitorados. Medida foi adotada devido aos casos de desaparecimento após abordagens policiais

Até meados de maio, 32 veículos de grupamentos de elite da Polícia Militar de Goiás estarão dotadas de GPS, um sistema de radionavegação baseado em satélite. O pedido de instalação do sistema foi feito no início de fevereiro pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público (MP) Estadual e pelo Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, diante dos casos de desaparecimentos e execuções de pessoas após abordagens por policiais militares.

O assunto foi discutido no dia 2 de fevereiro deste ano durante audiência pública realizada na Assembléia Legislativa por iniciativa do deputado Mauro Rubem (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, com a presença de familiares de várias pessoas desaparecidas.

Comandante do Policiamento da Capital, o coronel Richard Félix Romanowski explicou ontem ao POPULAR que cinco carros da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) já se encontram circulando equipadas com GPS e as

demais aguardam a chegada de cabos ainda esta semana para que os equipamentos sejam programados. "Estamos aguardando a viabilidade técnica".

A previsão é de que 20 veículos da Rotam e 12 do Batalhão do Choque (Giro e Gate) passem a ser monitorados pelo sistema de radionavegação. A demora é em razão da entrada em operação de 20 novos carros policiais, cujos rádios têm sistemas diferentes dos em uso.

Coordenador do CAO de Controle Externo da Atividade Policial do MP, Carlos Alberto Fonseca quer mais. O promotor disse que enfrenta resistência para que os veículos do Grupamento de Policiamento Tático (GPT) também recebam GPS. "Queremos acabar com o jogo de empurra. O MP não abre mão de que o GPT também tenha GPS", afirma. De acordo com Carlos Alberto Fonseca, as áreas que o GPT atua, como Trindade, Aparecida de Goiânia e Entorno de Brasília, possuem altos índices de violência. Com todos os carros do grupamento rastreados, cessarão as dúvidas sobre a participação de PMs em casos de violência.

"Foi o que ocorreu no desaparecimento do estudante Murilo Soares Rodrigues e do servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, em abril de 2005", lembra o promotor. Por falta de materialidade e de autoria do crime, policiais militares foram absorvidos, mas de acordo com o promotor não ficou definido se a abordagem foi feita pelo GPT ou pela Rotam.

O promotor investiga 14 casos de desaparecimento forçados de 2000 até agora, 6 deles ocorridos em 2005.

Na semana passada o promotor se reuniu com o Comando-Geral da PM e com o novo secretário de Segurança Pública e Justiça, José Paulo Loureiro, para

discutir o assunto. "A substituição do secretário criou um fato novo, mas não vai impedir que o trabalho continue", diz Carlos Alberto. O monitoramento dos veículos será feito pelo Copom. Caso ocorra algum fato envolvendo policiais, o MP fará a requisição do mapa de circulação da carro. "O canal é aberto. Estaremos sempre à disposição. Nossa convivência com o MP é salutar", afirma o coronel Romanowski. Carlos Alberto Fonseca concorda, "até porque", explica, "meu CAO não tem gente suficiente para executar esse serviço".

ANEXO D – Matéria publicada no Jornal O Popular, 10/05/2006, Editoria: Cidades.

### **Rapaz denuncia agressão de militar**

Rosana Meio

Vítima foi espancada e sofreu fratura exposta no rosto após ter sido abordado por dois policiais. Caso está sendo apurado pela PM e pelo MP

Dois militares lotados no 13º Batalhão da Polícia Militar (BPM), cujos nomes ainda não foram divulgados, são acusados de espancar o técnico em eletrônica Eujak Moreira Filho, de 27 anos, e um amigo dele, identificado apenas como Júnior, na madrugada do dia 21 de março. Os dois tinham saído de uma festa e acabado de deixar duas amigas em casa, no Bairro Capuava, quando foram abordados pelos ocupantes do carro RP-3332, do 13º BPM.

De acordo com Eujak, os militares pediram que os dois apresentassem os documentos pessoais, mas ele estava somente com os documentos do filho de 5 anos. "Foi quando os policiais me pediram 50 reais para nos liberar. Eu disse que não tinha dinheiro e muito menos a obrigação de dar dinheiro para eles", contou. Foi a partir desse momento, conforme o técnico em eletrônica, que ele e o amigo foram espancados pelos dois militares.

Eujak contou que foi atingido por um golpe de cassetete no braço esquerdo, um golpe de coronha no tórax e outro de cassetete no maxilar inferior, que sofreu fratura exposta. "Nenhum dos militares tinha identificação. Ao verem o osso exposto, entraram no carro e saíram do local", disse. O amigo de Eujak não foi mais visto no setor.

Laudo médico Conforme laudo do médico Kennedy Carlos Costa e Silva, que atendeu Eujak no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), às 4 horas do dia 21 de março, o técnico em eletrônica sofreu "trauma de face na região mandibular esquerda com edema intenso e perfuração na face"; que "apresentou limitação de abertura bucal e movimento mandibular, hemorragia intrabucal, mobilidade de segmentos mandibulares e fratura complexa de mandíbula". A vítima foi submetida a duas cirurgias para fixação óssea e de bloqueio intermaxilar com placa e parafusos. Eujak recebeu alta médica no dia 30 de março. Ontem de manhã, o bloqueio intermaxilar, que consistia em manter os dentes amarrados com arame, foi retirado.

A denúncia foi registrada por uma tia da vítima, no 2º Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) de Aparecida de Goiânia, na Vila Brasília. O caso deve ser investigado pela Gerência de Correições e Disciplina da Polícia Militar, conforme informou ontem o comandante do 13º Batalhão da PM, tenente-coronel Carlos Cezar Macário. Ele ficou sabendo da denúncia somente ontem.

O Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público recebeu a denúncia do caso na segunda-feira. O promotor responsável, Carlos Alberto Fonseca, vai ouvir Eujak hoje e acompanhar o caso, que pode ser qualificado como lesão corporal grave. Além disso, o promotor vai requisitar informações para saber se a agressão sofrida configura tortura.

Apesar de ser solteiro, Eujak tem um casal de filhos e é responsável pelas despesas com a ex-namorada, mãe das crianças, além dos gastos da própria casa. Por trabalhar como autônomo, o técnico em eletrônica está sem rendimentos desde o dia em que foi agredido pelos militares.



ANEXO E – Matéria publicada no Jornal O Popular, 16/04/2006, Editoria: Cidades.

### **Novo perfil do Estado exigirá mais do próximo governante**

Carlos Eduardo Reche

Reflexo da urbanização e da melhoria da escolaridade, especialistas prevêem que futuro governador enfrentará demandas maiores

O próximo governador de Goiás - o candidato eleito em outubro toma posse em 10 de janeiro de 2007 - comandará um Estado com população e economia bem diferentes daquele da época da redemocratização, há cerca de duas décadas (leia quadro). Num reflexo do fenômeno nacional da intensa urbanização e da melhoria da escolaridade, os goianos exigirão mais do futuro ocupante do cargo: ele terá de garantir a continuidade do crescimento e demonstrar habilidade na briga pelos recursos federais necessários à complementação da infra-estrutura local, dizem especialistas ouvidos pelo POPULAR.

Economistas e cientistas políticos apontam para a necessidade de um novo processo de estímulo de desenvolvimento do Estado, voltado principalmente para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados e à divisão de renda. Segurança, saúde e educação estarão na linha de frente das propostas e, mais do que mostrar o que fizeram por Goiás, os candidatos a governador terão de dar respostas às demandas reprimidas ou mal atendidas.

Os números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que a população mais pobre não foi beneficiada pelo significativo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Enquanto a soma das riquezas de Goiás

creceu quase seis vezes e os ganhos das famílias mais ricas quase duplicaram entre 1983 e 2004, a renda dos mais pobres teve incremento de apenas 18,9%. Por isso, afirmam os especialistas, a futura gestão do Estado terá de somar esforços com o poder central para reduzir a concentração de renda e manter o crescimento.

Ao mesmo tempo, Goiás é atualmente uma economia com produção industrial duas vezes maior que há 20 anos. Nas cidades, o processo de urbanização elevou de R\$ 10 bilhões para R\$ 31 bilhões os gastos com aluguéis residenciais e comerciais. O chamado capital residencial, três vezes maior hoje, é resultado de um Estado com uma população cada vez menos agrária: 87,8% dos goianos vivem hoje nas cidades, diante de 67,6%, em 1980, e 45,6% em 1970.

Escolaridade Goiás também tem atualmente uma taxa de analfabetismo menor que a média nacional. Segundo o Ipea, 10,7% dos habitantes do Estado com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever minimamente. Em 1983, quando Íris Rezende (PMDB) assumiu como primeiro governador eleito democraticamente, após a abertura do regime militar, eram 22,7% os goianos que não tinham passado pelos bancos das escolas. A média nacional de analfabetismo atual é de 11,4%.

Segundo os especialistas, o processo de aceleração do crescimento da economia do Estado, nos últimos dez anos, aponta para a consolidação e o conseqüente esgotamento do modelo inaugurado no início dos anos 80, quando começou o tardio processo de modernização do Estado.

Porta de entrada dos novos pólos de crescimento, impulsionados pela construção de Brasília, Goiânia sofreu os primeiros efeitos das mudanças. O PIB

da capital goiana saltou de R\$ 4,7 bilhões em 1985 para R\$ 8,1 bilhões em 1996, permanecendo em torno dos R\$ 6 bilhões nos anos seguintes.

A expansão das atividades econômicas nos últimos 20 anos também levou o desenvolvimento para o interior do Estado.

Em 1996, o PIB de Goiânia representava mais de um terço da riqueza produzida pelo Estado - atualmente equivale a menos da metade daquela proporção, ou um sexto. Sinal de que o peso político e econômico dos municípios do interior aumentou de forma expressiva em apenas três eleições estaduais (1998, 2002 e a deste ano).

"O processo de crescimento do Estado anda de mãos dadas com a realidade nacional", diz o economista Mauro Cesar de Paula. "Devemos observar que a industrialização de Goiás é tão tardia em relação à do Brasil quanto à do País foi em relação ao restante do mundo", analisa. Segundo ele, o incremento da produção gerou uma receita tributária que precisa ser melhor distribuída pelos próximos governos nas diferentes áreas de investimento, especialmente nas obras que garantam a continuidade do crescimento.

Qualificação Para a cientista política Heloísa Dias Bezerra, da Universidade Católica de Goiás (UCG), o acesso à educação pública de qualidade será uma das maiores demandas dos próximos governos, como resultado da necessidade de um processo de qualificação mais adaptado às exigências do mercado. "A educação é uma das demandas ainda não resolvidas", diz ela. .

Os números do Ipea mostram que a renda média das profissões não acompanhou o ritmo do processo de industrialização e escolaridade, nem o incremento verificado no País. O ganho mensal dos trabalhadores cresceu nos

anos 80, mas voltou aos patamares do início da década nos primeiros anos do século 21, em torno dos R\$ 485,00 mensais. Enquanto isso, a média nacional foi de R\$ 468,69, em 1983, para R\$ 511,39, em 2002, depois de chegar a R\$ 575,17, em 1996.

Filantropia tem de ser revista, afirmam especialistas Os economistas e cientistas políticos ouvidos pelo POPULAR prevêem que as políticas sociais permanecerão como um dos pontos fortes da campanha ao governo estadual, mas afirmam que os avanços na economia do Estado exigirão novos encaminhamentos para as ações. "Cada vez mais caberá ao governo, assim como acelerou a produção por meio dos incentivos fiscais, estimular as empresas a investirem no social", diz o cientista político Wilson Ferreira, da Universidade Católica de Goiás (UCG).

"Os programas sociais não poderão ser mais uma ação exclusivamente estatal", diz Ferreira. Segundo ele, a gradativa transferência das ações de responsabilidade social para as empresas, por meio de compensações como o abatimento no Imposto de Renda, poderiam permitir ao Estado redistribuição dos recursos entre outras áreas prioritárias de investimento. "As políticas de solidariedade são importantes, mas você não pode assentar o modelo de desenvolvimento apenas nelas", diz o economista Paulo Borges Campos Júnior. "As políticas sociais terão de ser mantidas, mas é preciso reduzir essa configuração (assistencialista) e evitar que o governo fique tão preso a elas", diz ele.

Segundo os especialistas, a conversão das doações de alimentos em recursos, a exemplo do Salário-Escola e do Renda Cidadã, são de fato mais

eficientes do ponto de vista social e econômico. Eles observam, no entanto, que é preciso apostar mais nas políticas de renda por meio da geração de novos postos de trabalho.

A cientista política Heloísa Dias Bezerra, da UCG, diz que os programas sociais integram o que se costuma chamar de "cálculo utilitário do governante", segundo o qual o detentor do poder "decide o que é melhor para todos". Na avaliação dela, a gradativa incorporação de renda, por meio dos próprios programas, associada à melhoria do nível de escolaridade, levará os beneficiários a exigir a modernização das práticas. "O Estado não tem mais condições de ser paternalista", conclui Wilson Ferreira.

Infra-estrutura se mantém na lista das principais demandas. Ao próximo governador de Goiás também é dado o desafio de manter e sobretudo ampliar as políticas de incentivo ao crescimento econômico iniciadas na metade da década de 90. As propostas de governo nessa direção, afirmam economistas e cientistas políticos, terão de dar respostas a questões urgentes do setor, como as obras de infra-estrutura. As ações exigirão investimentos cada vez mais vultosos e, portanto, maior proximidade das forças políticas locais ao poder central.

Entre as prioridades estão o transporte de massas para Goiânia, a Ferrovia Norte-Sul para o escoamento da produção, a construção de portos e garantia de manutenção das estruturas já existentes. "Sem dúvida, a continuidade dos investimentos exigirá uma interlocução maior da classe política local ao poder central", diz o cientista político Wilson Ferreira. Daí as recorrentes menções dos pré-candidatos, nestas e nas eleições passadas, às relações com partidos e presidenciáveis com perspectivas de chegar ao poder.

Obras "Pagamos um preço alto pela demora no processo de industrialização do Estado e os governos seguintes têm de manter as políticas de incentivo e de ampliação da produção e garantir os investimentos necessários em infra-estrutura", diz o economista Mauro César de Paula. "A infra-estrutura do Estado precisa ser consolidada. Esse é maior desafio no processo de crescimento, não apenas nas obras físicas, mas também no setor energético", observa.

A demanda pelo setor de serviços, afirma o economista, é outro fator que torna urgente as obras de infra-estrutura de transportes que garantam o atendimento dos consumidores. As políticas para o setor, diz, terão de vir acompanhadas de um profundo processo de planejamento de governo. O que inclui medidas que garantam a arrecadação de recursos para investimentos e a redução das despesas com a máquina pública.

Segurança é mote para classe média O intenso processo de urbanização, associado à deficiência nas políticas de distribuição de renda, mantém a segurança pública no topo das demandas sociais, especialmente entre os eleitores de classe média, dizem os especialistas. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério do Planejamento, mostram que o número de homicídios em Goiás subiu de 453, em 1980, para 1.274, em 2002.

Segundo o economista Paulo Borges de Campos Júnior, a dificuldade de acesso à saúde e a depreciação do ensino estatal fazem das políticas de segurança pública o principal elemento da "sensação" de "ausência" do Estado. "O cidadão sai de casa para jantar sem saber se voltará para casa", diz.

Os estudiosos são unânimes em afirmar que a segurança é a área em que o governo mais tem dado demonstrações de ineficiência, apesar do destaque às medidas de repressão. Pesquisa Serpes/O POPULAR realizada no fim do ano passado mostra que a segurança pública é o setor que mais tem exigido "medidas urgentes" pelo eleitorado do Estado.

ANEXO F – Matéria publicada no Jornal O Popular, 06/03/2006, Editoria: Cidades.

### **77 PMs investigados por mortes**

Justiça recebeu, nos dois primeiros meses deste ano, 26 IPMS envolvendo militares. Em 2005, eram no máximo 2 por mês

Do início de janeiro ao dia 23 de fevereiro, a 12ª Vara Criminal de Goiânia recebeu 26 Inquéritos Policiais Militares perfil dos policiais em atuação (IPMs), nos quais 77 militares goianos foram apontados como autores de 32 homicídios na capital. Até o final do ano passado, segundo o juiz Jesseir de Alcântara, a 1ª Vara Criminal recebia, no máximo, dois IPMs por mês.

A Justiça comum é responsável pelo julgamento de todos os casos de crimes contra a vida (homicídio e tentativa de homicídio), incluindo os cometidos por militares em serviço, seja em confronto armado ou casos em que se comprovem execuções. Até 1996, crimes dessa natureza cometidos por militares eram investigados pela Corregedoria da Polícia Militar e encaminhados para a Justiça Militar para serem julgados de acordo com o Código Penal Militar. Com a aprovação da Lei 9.299/96, todos os crimes contra a vida passaram a ser atribuição da Justiça comum.

Apesar de a lei estar prestes a completar dez anos, o juiz Jesseir Coelho de Alcântara ressalta que nunca houve tanta eficiência na investigação de crimes cometidos por militares em Goiás. “Ou estão apurando com maior rigor esses delitos ou policiais militares estão matando mais. Acredito na primeira hipótese”, disse o juiz. No mês passado, a violência policial foi discutida em uma audiência



pública na Câmara de Goiânia, quando foi proposto um trabalho para traçar o perfil dos policiais em atuação.

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1ª Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com policiais durante a ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos. Cinco PIMs foram encaminhados para o Juízo da Comarca onde os Rios foram cometidos. Três foram para Aparecida de Goiânia, um para Catalão e outro para Jataí.

É o caso, por exemplo, do IPM que indicia 11 militares do Grupo de Patrulhamento Tático (GPT) de Aparecida de Goiânia pela morte de Ronaldo Rodrigues dos Santos, 21 anos, Vanderlan Pereira Gomes, 23, e de Reinando Fernandes Montalvão, ocorrido no dia 14 de fevereiro do ano passado, no Parque Primavera, em Aparecida de Goiânia. O caso será julgado pelo juiz da 1ª Vara Criminal de Aparecida de Goiânia, Silvo José Rabuske.

Os três homens haviam feito cinco reféns – três mulheres e dois homens – durante um assalto ao Frigorífico Frioserve. Durante a ação do bando e o cerco da PM os três assaltantes espancaram os reféns. Na tentativa de fuga, os ladrões trocaram tiros com os policiais e foram mortos. Nenhum dos reféns foi ferido durante o tiroteio.

Outra pessoa que morreu, segundo as investigações da polícia, durante tentativa de fuga, foi Sidomar Rodrigues da Costa, 27, que, com auxílio de dois comparsas havia assaltado um supermercado em Palmeiras de Goiás, a 98 quilômetros de Goiânia. Sidomar foi perseguido até o Setor Recanto do Bosque, Região Norte da capital, onde ele e os parceiros trocaram tiros com a polícia.

Sidomar morreu e os demais foram presos. Três militares foram indiciados pela morte do assaltante. O caso será julgado pelo juiz Jesseir Coelho de Alcântara.

### Execuções

Alguns casos, como o que investigou a morte do adolescente David de Moraes, 16, o *Chumbinho*, ocorrida em março de 2001, entre o Jardim Novo Mundo e a Vila Pedrosa, evidenciam a execução da vítima, neste episódio com dezenas de tiros. *Chumbinho*, apesar da pouca idade, era apontado pela PM como autor de seis homicídios, mas nunca foi provado nada contra ele. No dia do crime, ele assistia a uma partida entre Vila Nova e Goiás, no Estádio Serra Dourada. Testemunhas contaram que dois homens armados de revólveres foram até a torcida Esquadrão Vilanovense, da qual era integrante, levando David algemado do local.

Horas mais tarde familiares e a namorada dele ficaram sabendo de sua morte. De acordo com a versão dos militares, uma equipe da Rotam passava pelo Jardim Novo Mundo, quando avistou o adolescente, que teria tentado fugir entrando em uma mata e atirando contra os militares com um revólver calibre 22. A versão da PM foi contestada pelas testemunhas e ainda por meio de uma fita de vídeo gravada, durante o jogo, na qual David aparece junto da torcida do Vila Nova. Dois militares foram acusados da morte do jovem.

Em 23 de dezembro passado, o soldado Antônio Luiz Gouveia, 32, foi preso em flagrante, acusado de matar com um tiro na cabeça o travesti Antônio Carlos Pereira Xavier, o *Tizuca*, na Avenida Paranaíba. O soldado fugia quando foi preso

por colegas de farda e autuado em flagrante pela morte do travesti. Além da investigação do crime, foi aberto também processo administrativo-disciplinar contra o soldado, que deve ser expulso da corporação por apresentar desvio de conduta.

A Gerência de Correições investiga também o desaparecimento do autônomo Fábio da Costa Uma, 21, em 4 de janeiro deste ano, na Avenida T-2, Setor Sol Nascente. Na última vez em que foi visto, Fábio teria sido abordado por equipe da Rotam e colocado dentro do carro da polícia. Outro IPM apura o assassinato do vendedor Luís Antônio Ázara, 28, no dia 27 de janeiro, quando militares perseguiram o rapaz; que estava sem a documentação da moto que pilotava, cercaram e invadiram a casa da vítima, morta com quatro tiros. Três militares foram indiciados no caso.

#### Mutirão para dar agilidade aos processos

Desde que assumiu a Gerência de Correições da PM, em junho do ano passado, o tenente-coronel José da Rdeha Cuêlho e sua equipe, formada integralmente por oficiais com formação superior em Direito, trabalham para colocar em dia a remessa de procedimentos para o Judiciário ou para a administração da corporação. "Empreendemos um ritmo ágil. Os casos que estavam parados por falta de pessoal já estão sendo investigados. Estamos colocando todos os procedimentos em dia", explicou.

Todos os crimes cometidos por militares são investigados pela Gerência de Correições com base no Código Penal Militar, por meio de Inquérito Policial Militar

ou de *sindicâncias*. Nos dois casos, os procedimentos são encaminhados para a Auditoria Militar, que julga todos os casos, exceto os de crime contra a vida, que são distribuídos às varas criminais das comarcas onde ocorreram. "Não temos mais nenhum caso arquivado", completa.

Esse perfil da PM vem se consolidando desde que a Gerência de Correições indiciou oito militares pelo desaparecimento do estudante Murilo Soares Rodrigues, 12, e do servente Paulo Sérgio Pereira Rodrigues, 21, ocorrido no dia 22 de abril do ano passado, na Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia. Apesar da absolvição dos militares por falta de materialidade e de autoria do crime, o tenente-coronel José da Rocha Cuêlho acredita que a PM cumpriu com a sua obrigação investigando o crime e apontando os culpados. No dia 19 de fevereiro deste ano a Gerência de Correições também recolheu quatro militares até que a Justiça determinasse a prisão temporária deles. Os quatro foram apontados por testemunhas como as pessoas responsáveis por extorquir 500 reais e depois matar o comerciante Edson José de Souza, 41, e a mulher dele, Antônia Mariano Silva Cardoso, 44.

ANEXO G– Matéria publicada no Jornal O Popular, 14/04/2006, Editoria: Cidades.

### **Acusados de assalto mortos pela Rotam**

Dois acusados de assalto a residência foram mortos por policiais da Rotam durante troca de tiros, de acordo com a versão da PM. O confronto ocorreu por volta das 21 horas de quarta-feira, no Jardim Atlântico, Região Sudoeste de Goiânia. William Martins, de 26 anos, e Juarez de Assis Júnior, 15, morreram e Rafael Borges de Oliveira, 24, saiu ferido com um tiro no peito e outro no braço. Levado para o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), ele foi operado e não corre risco de morte. Um quarto acusado de integrar o grupo, identificado depois como Wesley Nascimento Pereira, 22, conseguiu escapar.

Uma hora antes do confronto, os quatro suspeitos tomaram um Passat de Fabio Souza Sales, no Jardim Europa. A vítima foi levada para um matagal no Parque Macambira, onde ficou amarrada com tiras e amordaçada com uma meia. Fabio conseguiu livrar-se da mordaça e começou a gritar por socorro. Moradores vizinhos escutaram e chamaram a polícia. Em pouco tempo todos os carros policiais que circulavam pela região foram informados sobre a placa e as características do carro roubado. O tenente Freitas, do 7º Batalhão, fazia patrulhamento no Jardim Atlântico, quando viu o Passat estacionado. A equipe entrou na casa, mas houve resistência dos bandidos.